

Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Relatório de Avaliação da Ação

Ronda do Quarteirão

Agradecimentos da Equipe de Auditoria

A realização desta auditoria operacional foi possível devido ao apoio incondicional da Presidência e da Secretaria de Controle Externo deste Tribunal e a parceria firmada com a Polícia Militar do Estado do Ceará – PM/CE que ofereceu pleno apoio ao desenvolvimento deste trabalho.

Destacam-se também os subsídios oferecidos por colaboradores do Grupo de Trabalho responsáveis pelo planejamento inicial do RONDA e sua implantação, o apoio da equipe da Coordenadoria de Polícia Comunitária e de membros da equipe de formadores da Academia Estadual de Segurança Pública – AESP, bem como a cooperação da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança - CIOPS.

Nossos agradecimentos especiais aos policiais que vivenciam o cotidiano do RONDA, que de forma cordial se disponibilizaram a serem entrevistados oferecendo informações preciosas para o processo de avaliação.

Por fim, deixam-se consignados nossos agradecimentos aos membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, que contribuíram para agregar valor à auditoria e ajudar na formulação de recomendações para melhorar o desempenho do RONDA.

LISTA DE SIGLAS

- AESP** – Academia Estadual de Segurança Pública
- ANP** – Academia Nacional de Polícia
- AOP** – Auditoria Operacional
- BPChoque** - Batalhão de Polícia de Choque -
- BPCOM** – Batalhão de Policiamento Comunitário
- CCDS** – Conselhos Comunitários de Defesa Social
- CF** – Constituição Federal
- CIA** – Companhia de Policiamento Comunitário
- CIOPS** – Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
- GPE** – Gratificação de policiamento especializado
- GAO** – Grupo de Auditoria Operacional
- NEV** – Núcleo de Estudos da Violência
- ONG** – Organização não Governamental
- PM** – Polícia Militar
- POG** – Policiamento Ostensivo Geral;
- PROMOEX** – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
- PRONASCI** – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- RAIO** – Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas
- RONDA** – Programa Ronda do Quarteirão
- SIC** – Sistema Integrado de Contabilidade do Estado do Ceará
- SENASP** – Secretaria Nacional de Segurança Pública
- SSPDS** – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
- SWOT** – Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
- TCE-CE** – Tribunal de Contas do Estado do Ceará
- USP** – Universidad de São Paulo

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Lista dos Programas selecionados pela Comissão de AOP
- Quadro 2** – Resumo de Efetivo - Coordenadoria do Comando de Polícia Comunitária, Segundo as Companhias do 1º E 2º Batalhões de Policiamento Comunitário – Julho/2013
- Quadro 3** – Número de Policiais do RONDA a serem Entrevistados, Segundo as Companhias do 1º e 2º Batalhões de Policiamento Comunitário
- Quadro 4** – Descrição das Situações de Uso no Programa Ronda

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Participação das Despesas realizadas com a Função Segurança Pública no Total das Despesas realizadas por Estado de 2006 a 2011
- Tabela 2** – Despesas per capita realizada com a Função Segurança Pública - Brasil – 2006 a 2011
- Tabela 3** – Valor Orçado e Executado na Função Segurança Pública - Estado do Ceará – 2007 a 2011.
- Tabela 4** – Valor Orçado e Executado no Programa RONDA - Estado do Ceará – 2007 a 2011
- Tabela 5** – Valor Orçado e Executado na Função Segurança Pública por Programa Estado do Ceará – 2012
- Tabela 6** – Comparativo entre os quantitativos Programados e Realizados das Metas previstas para 2012 – 2015 do Programa 012 – Segurança Pública Comunitária
- Tabela 7** – Total das ocorrências atendidas pela Polícia Militar x Ronda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Apresentação	1
1.2 Identificação do objeto	2
1.3 Contextualização	2
1.3.1 O Direito Fundamental à Segurança	2
1.3.2 Segurança Pública	3
1.3.3 O Dever da Segurança Pública	4
1.3.4 Policiamento Ostensivo	5
1.3.5 Policiamento Comunitário	5
1.3.6 Projeto RONDA	8
1.4 Objetivos e escopo da auditoria	8
1.5 Atores principais	9
1.5.1 Polícia Militar	9
1.5.2 Polícia Civil	9
1.5.3 Sociedade Civil	10
1.5.3.1 Conselho Comunitário de Defesa Social – CCDS	11
1.6 Procedimentos Metodológicos	11
1.6.1 Delimitação da Amostra do efetivo policial do RONDA e dos representantes dos CCDSs	12
1.7 Aspectos orçamentários e financeiros	15
1.7.1 Gastos com o Programa RONDA	17
1.8 Efetivo de policiais integrantes do RONDA	19
1.9 Limitação da Auditoria	20
2. ACHADOS DE AUDITORIA	21
2.1 Os policiais do RONDA realizam atividades de policiamento comunitário?	21
2.1.1 Quanto a Inibição da Ocorrência de Crime – Do Patrulhamento	21
2.1.2 Conhecimento e Integração com a Comunidade	22
2.1.2.1 Das Visitas Domiciliares	22
2.1.2.2 Contato frequente junto aos comunitários, para obter informações e sugestões sobre a segurança na base territorial	22
2.1.2.3 Da Percepção da Atividade de Policiamento Comunitário	23
2.1.3 Acionamento do Socorro – O Cidadão entra em Contato Diretamente com o Policiamento do RONDA	24
2.1.4 Avaliação do ronda no momento atual	24
2.2 As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário?	26
2.3 O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA?	28

2.4 O programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de escala de trabalho que proporciona a integração das equipes com a comunidade? _____	29
2.5 O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de incentivos que valorizem a ação do policial comunitário? _____	30
2.6 As ações formativas (inicial e continuada) qualificam os policiais do RONDA a desempenhar as atividades de policiamento comunitário? _____	32
3 CONCLUSÃO _____	34
4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO _____	35
 APÊNDICES	
Apêndice I – Referências _____	37
Apêndice II – Questionário – Soldados _____	38
Apêndice III – Entrevista estruturada - Comandante de CIA _____	40
Apêndice IV – Entrevista estruturada – Representante CCDS _____	42
Apêndice V – Roteiro de Observação Direta – Infraestrutura da CIA _____	44
Apêndice VI – Matriz de Achados _____	46
Apêndice VII – Projeto do Programa RONDA _____	62

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará- TCE-CE, até a presente auditoria, realizou quatro auditorias na modalidade operacional seguindo as diretrizes e áreas estabelecidas pelo Grupo de Auditoria Operacional – GAO, integrante do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX, nas áreas de Educação, Saúde, Saneamento e Meio Ambiente.

Com o fim de subsidiar a escolha de programa e/ou ação de Governo a ter seu desempenho avaliado, o Excelentíssimo Conselheiro Presidente requisitou estudos para subsidiar a seleção de Programas e Ações que pudessem vir a ser objeto de uma Auditoria Operacional.

Neste sentido, a Comissão de Auditoria Operacional, adotando critérios de Materialidade, Relevância, Agregação de Valor e Vulnerabilidade, realizou estudos que resultou na classificação de Programas de Governo constantes das funções que ainda não haviam sido auditadas anteriormente.

De acordo com esse estudo, o Quadro 1 a seguir demonstra os dez programas com maior pontuação:

Quadro 1
Lista dos Programas selecionados pela Comissão de AOP

Programas		
Classificação	Código	Descrição
1º	004	Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III
2º	204	Segurança Moderna e Inteligente
3º	180	Rodoviário do Estado do Ceará
4º	002	Estruturação e Requalificação Urbana
5º	222	Programa Habitacional e de Estruturação Urbana
6º	001	Ronda do Quarteirão
7º	153	Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará – Projeto São José
8º	040	Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate a Pobreza Rural
9º	034	Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos
10º	089	Complexo Industrial e Portuário do Pecém

Face isto, o Plenário do Tribunal, na sessão de 26/06/2012, após discussão, elegeu, por maioria de votos, o programa 001 – Ronda do Quarteirão como objeto de avaliação da presente auditoria operacional.

O presente relatório está estruturado em quatro capítulos: o primeiro compreende a identificação do objeto, contextualização sobre segurança pública, objetivos e escopo da auditoria, atores principais, procedimentos metodológicos, aspectos orçamentários financeiros, efetivo de policiais integrantes do RONDA e as limitações da auditoria; o segundo destinado aos achados da auditoria, abrangendo a efetividade e sustentabilidade do RONDA; o terceiro

apresentando as conclusões e por último, o quarto capítulo, com as propostas de encaminhamento, em que são apresentadas recomendações que, se implementadas, contribuirão para aperfeiçoar o Programa.

1.2 Identificação do objeto

O objeto da auditoria operacional é avaliar o Programa Ronda do Quarteirão – RONDA segundo as dimensões de efetividade e sustentabilidade.

O Programa RONDA se constitui numa proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva, podendo agir, quando necessário, de forma repressiva, atuando principalmente nos crimes de menor potencial ofensivo e baseando-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e de repressão ao delito, a partir da filosofia de polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade.

1.3 Contextualização

1.3.1 O Direito Fundamental à Segurança

A Assembleia da França revolucionária, em 1789 aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, sintetizada em dezessete artigos, na qual foram proclamados as liberdades e os direitos fundamentais do homem de forma ecumênica, visando abarcar toda a humanidade. Ela foi a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas.

Dentre os artigos tratados nessa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, destacam-se, para fins de contextualização com a presente auditoria:

(...)

Art.2º - A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, **a segurança** e a resistência à opressão

(...)

Art. 12. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de **uma força pública**; esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

(...)

A partir de então, a maioria das Constituições do mundo estabeleceu um rol de direitos fundamentais, erigido em igualdade com os direitos à vida, à liberdade e à propriedade, o direito fundamental à segurança, aqui denominado direito à segurança pública.

O Brasil não fugiu dessa regra, e desde sua primeira Constituição, em 1824, acompanhou a tendência de positivação do direito fundamental à segurança pública.

Na atual Carta Constitucional brasileira, analisando-se os enunciados que contêm normas expressamente relativas ao direito fundamental, vê-se a segurança como um desses direitos:

(...)

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à **segurança**, e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, **a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Destaque Nosso)

Além desses dispositivos, transcreve-se o Preâmbulo da Carta Magna, a seguir:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte **para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar** o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, **a segurança**, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. (Destaque Nosso)

Nesse contexto, pode-se afirmar que o direito fundamental à segurança, no ordenamento jurídico brasileiro, está erigido à qualidade de verdadeiro princípio basilar.

1.3.2 Segurança Pública

Vários são os conceitos sobre segurança pública, predominando na literatura a concepção de um conjunto de processos, dispositivos e medidas de precaução, objetivando assegurar à população proteção contra danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio. Em síntese, trata-se de um conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública na convivência pacífica de homens em sociedade.

O que há de consenso entre os conceitos pesquisados é que a segurança pública não deve se restringir apenas à repressão da criminalidade, mas também promover ações de prevenção à ocorrência de crimes.

1.3.3 O Dever da Segurança Pública

Conforme artigo 144 da Constituição Federal, transcrito a seguir, cabe ao Estado, com a responsabilidade de todos, o dever de efetivar o direito fundamental à segurança pública.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. **A segurança pública, dever do Estado**, direito e responsabilidade de todos, **é exercida** para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, **através dos seguintes órgãos:**

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - **polícias militares** e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - **Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;** aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - **As polícias militares** e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, **subordinam-se**, juntamente com as polícias civis, **aos Governadores dos Estados**, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - **A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.**

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Destaque Nosso)

O aspecto a ser destacado é o de que a segurança pública foi, dentro da divisão federativa, conferida como atribuição de todos os entes, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, competindo aos Estados o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, por meio da Polícia Militar.

1.3.4 Policiamento Ostensivo

A atividade de policiar consiste, resumidamente, em fiscalizar comportamentos e atividades, regular e manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções e infrações e zelar pelo respeito à legislação.

Para o exercício da competência constitucional de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, as polícias militares dos Estados realizam o chamado policiamento ostensivo, que se compõe de ações próprias que privilegiam a visibilidade e a fiscalização de polícia, em cujo emprego o policial é identificado prontamente, quer pela farda (uniforme), quer pelo equipamento, armamento, viatura ou fachada de imóveis (bases e postos policiais).

O Policiamento Ostensivo é exercido visando a preservar o interesse geral da segurança pública nas comunidades, resguardando o bem comum em sua maior amplitude, não se confundindo com atividades de vigilância particular de bens ou áreas privadas e públicas, nem com a segurança pessoal de indivíduos sob ameaça.

Por fim, consiste numa atividade essencialmente dinâmica, que tem origem na necessidade comum de segurança da comunidade, permitindo viver em clima de tranquilidade. É desenvolvida sob aspectos preventivos e repressivos, consoante seus elementos motivadores.

1.3.5 Policiamento Comunitário

De acordo com Fernandes (1994) policiamento comunitário é um serviço policial que se aproxima das pessoas, com nome e cara definidos, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã. A proposta de Polícia Comunitária oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum.

A filosofia do policiamento comunitário foi criada como uma forma de melhorar o relacionamento entre a polícia e a sociedade. Para isso, procurou reconstruir a credibilidade e a confiança do público na polícia e, desse modo, melhorar o desempenho dela na contenção da violência urbana.

O policiamento comunitário fundamenta-se numa parceria entre a população e as instituições de segurança pública. Baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto à população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como a sensação de insegurança, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo in Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança, destaca quatro características comuns entre os vários conceitos de policiamento comunitário:

1ª característica: relação de confiança.

O policiamento comunitário só ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população. Isso permite a realização de um trabalho conjunto no qual ambos compartilham tarefas e responsabilidades.

2ª característica: descentralização da atividade policial.

Para que o policial contribua para o bem-estar da comunidade, é necessário que ele esteja integrado às pessoas que nela vivem, conheça o seu cotidiano e tenha alguma autonomia para tomar iniciativas nas atividades de segurança local.

3ª característica: atenção aos atendimentos não emergenciais.

O policiamento comunitário deve dar atenção aos atendimentos não emergenciais (briga doméstica, som alto etc), pois dessa forma, minimiza-se ou, até mesmo, evita-se que esses problemas se desdobrem em crimes que demandam atendimento emergencial (homicídio, lesão corporal etc).

4ª característica: ação integrada entre diferentes órgãos e atores.

Na filosofia do policiamento comunitário, faz-se necessária a ação integrada de diferentes órgãos e atores, tais como: polícia militar, polícia civil, prefeitura, concessionárias de energia e saneamento. Uma rua sem iluminação, por exemplo, está mais sujeita a roubos e furtos do que uma avenida iluminada.

Segundo Dias (2000), em seu estudo “Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia”, não há ator social que não possua alguma responsabilidade na gestão da segurança no espaço urbano.

Outra obra a ser ressaltada, quanto a abordagem do tema, é “Policiamento Comunitário: como começar” dos autores Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux, na qual são apresentadas interpretações errôneas sobre o que é Policiamento Comunitário, senão vejamos:

- **Não é uma tática, nem um programa e nem uma técnica** – Não é um esforço limitado para ser tentado e depois abandonado, e sim um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade.

- **Não é condescendente com o crime** – Os policiais comunitários respondem às chamadas e fazem prisões como quaisquer outros policiais: são enérgicos e agem dentro da lei com os marginais e os agressores da sociedade. Eles atuam próximos à sociedade orientando o cidadão de bem e buscam estabelecer ações preventivas que visem melhorar a qualidade de vida no local onde trabalham. Outro ponto importante é que como está próximo da comunidade, o policial comunitário também é uma fonte de informações para a polícia de investigação (Polícia Civil) e para as forças táticas, quando forem necessárias ações repressivas ou de estabelecimento da ordem pública.

- **Não é uma modalidade ou ação especializada isolada dentro da instituição** – Os policiais comunitários não devem ser exceções dentro da organização policial, mas integrados e participantes de todos os processos desenvolvidos na unidade. Eles fazem parte de uma grande estratégia organizacional, sendo uma importante referência para todas as ações desenvolvidas pela Polícia Militar. O perfil desse profissional é também de aproximação e paciência, com capacidade de ouvir, orientar e participar das decisões comunitárias.

- **Não é uma perfumaria** – O policial comunitário lida com os principais problemas locais: drogas, roubos e crimes graves que afetam diretamente a sensação de segurança. Seu principal papel, além de melhorar a imagem da polícia, é o de ser um interlocutor da solução de problemas, inclusive participando do encaminhamento de problemas que podem interferir diretamente na melhoria do serviço policial (uma rua mal iluminada, horário diferenciado de saída de estudantes etc).

- **Não pode ser um enfoque de cima para baixo** – As iniciativas do policiamento comunitário começam com o policial de serviço. Assim, admite-se compartilhar poder e autoridade com o subordinado, pois no seu ambiente de trabalho ele deve ser respeitado pela sua competência e conhecimento. O policial comunitário também adquire mais responsabilidade já que seus atos serão prestigiados ou cobrados pela comunidade e seus superiores.

- **Não é uma fórmula mágica ou panaceia** – O policiamento comunitário não pode ser visto como a solução para os problemas de insegurança pública, mas uma forma de facilitar a aproximação da comunidade favorecendo a participação e demonstrando a sociedade que grande parte da solução dos problemas de insegurança depende dela mesma. A filosofia de Polícia Comunitária não pode ser imediatista, pois depende da reeducação da polícia e dos próprios cidadãos que devem vê-la como uma instituição que participa do cotidiano coletivo.

- **Não é um simples reaparelhamento da polícia** – Ela depende diretamente e principalmente do profissional que acredita e pratica esta filosofia, muitas vezes, com recursos mínimos e em comunidades carentes.

- **Não pode ser interpretado como um instrumento político-partidário, e sim como uma estratégia da corporação** – Muitos acham que acabou o governo “acabou a moda”, pois chega outro governante e cria uma nova ação. Talvez isto seja próprio de organizações não-tradicionais ou temporárias. A Polícia Comunitária, além de filosofia, é também um tipo de

ideologia policial aplicada em todo o mundo, inclusive em países pobres com características semelhantes às do Brasil.

1.3.6 Projeto RONDA

Em outubro de 2007, a partir do documento denominado PROJETO RONDA, produzido por policiais integrantes de um Grupo Especial de Trabalho, o Governo do Estado do Ceará estabeleceu as premissas do novo modelo de segurança pública a ser implantando no estado, estando à frente da gerência do projeto o Secretário Executivo da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social à época.

O RONDA fundamentou-se estrategicamente a partir da delimitação do problema, “a criminalidade no Ceará alcançou dimensões inaceitáveis”, bem como, na análise dos possíveis fatores, determinantes, que influenciaram significativamente no problema, tais como:

- Condições socioeconômicas desfavoráveis (desigualdade de renda, pobreza, baixo nível educacional, dentre outros);
- Um modelo de segurança que paulatinamente perdeu a capacidade de lidar com o aumento da criminalidade;
- Reduzida integração entre as instituições que compõem o sistema de segurança pública, e entre elas e a comunidade.

A partir dessa filosofia de polícia comunitária, o Governo do Estado do Ceará implantou em novembro de 2007 o Programa Ronda do Quarteirão com os seguintes objetivos específicos:

- Diminuir os índices de criminalidade e violência;
- Melhorar a satisfação da população com o atendimento policial, mediante ações de policiamento comunitário;
- Promover a cidadania através da participação dos integrantes das comunidades no diagnóstico, análise e solução dos problemas de segurança;
- Fortalecer a confiança da comunidade nos órgãos de segurança pública;
- Melhorar a qualidade de vida das comunidades assistidas;
- Reduzir a sensação de insegurança nas comunidades atendidas pelo Programa.

1.4 Objetivos e escopo da auditoria

A presente auditoria tem como objetivos avaliar a efetividade das atividades de policiamento comunitário e identificar que fatores afetam o desempenho do RONDA no desenvolvimento de suas ações na Capital e Região Metropolitana.

Para atingir esses objetivos, formularam-se 2 (duas) questões de auditoria, a saber:

1ª Questão: Os policiais do RONDA realizam atividades de policiamento comunitário?

2ª Questão: Que fatores afetam o desempenho do RONDA no desenvolvimento das ações de policiamento comunitário?

2.1 As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário?

2.2 O Programa dispõe quanto à estrutura de pessoal:

- a) de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA?
- b) de escala de trabalho que proporciona a integração das equipes com a comunidade?
- c) de incentivos que valorizem a ação do policial comunitário?

2.3 As ações formativas (inicial e continuada) qualificam os policiais do RONDA a desempenhar as atividades de policiamento comunitário?

1.5 Atores principais

Segundo o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV/USP, muitos são os atores que participam de um programa de policiamento comunitário: conselhos comunitários de defesa social, ministério público, ouvidorias de polícia, defensorias públicas, prefeituras e suas secretarias, agências que prestam serviços básicos, como fornecimento de energia elétrica, saneamento, água, entre outros. Contudo, três atores têm especial importância: Polícia Militar, Polícia Civil e Sociedade Civil.

1.5.1 Polícia Militar

A polícia militar tem como função principal inibir possíveis atos criminosos a partir da sua presença visível e constante nos espaços públicos e, quando necessário, localizar infratores e efetuar prisões de acordo com lei.

Ainda conforme resultados de pesquisas realizadas pelo NEV/USP, mesmo policiais militares que não participaram de programas de policiamento comunitário, relatam que uma maior proximidade com a comunidade melhora tanto sua imagem quanto a eficácia de seu trabalho, pois é estabelecida uma relação de confiança que permite respeito recíproco e que resulta no auxílio da população no repasse de informações que auxiliem o trabalho da polícia.

1.5.2 Polícia Civil

A polícia civil tem um papel fundamental no policiamento comunitário. Alguns impasses enfrentados por ela são os mesmos que um efetivo programa de policiamento comunitário visa resolver. Dentre esses problemas, por exemplo, está o desconhecimento pelo público das verdadeiras funções e limites de estrutura da polícia civil, criando expectativas que não competem à polícia atender, como: manter preso um acusado que recebeu autorização judicial para responder ao processo em liberdade; prestar assistência psicológica a vítimas; ou resolver desentendimentos não-violentos entre casais.

A proposta de aproximação entre polícia e público realizada pelo policiamento comunitário toca diretamente nessa questão, pois a troca de informações para em conjunto debaterem problemas relacionados à segurança da comunidade não só promovem, mas exigem que os atores envolvidos conheçam e reconheçam as funções e realidades de cada um. Nesse trabalho coletivo é que a comunidade consegue entender os limites de atuação da polícia e a polícia entender quais são as demandas que a comunidade tem em relação à segurança. A partir disso podem dar início à construção de alternativas para solucionar problemas que não são de competência isolada de nenhum desses atores.

Do mesmo modo, problemas como a carência de recursos material e humano nas polícias, a falta de integração entre elas, disputas hierárquicas e burocracia excessiva do trabalho são questões que também podem ser tratadas pelos programas de policiamento comunitário, na medida em que as duas polícias são chamadas a trabalhar em conjunto e a população passa a conhecer mais os seus problemas, podendo apoiar as reivindicações das corporações por melhores condições de trabalho.

1.5.3 Sociedade Civil

Já a sociedade civil compreende desde os cidadãos, líderes ou representantes comunitários na figura dos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, até entidades do terceiro setor, associações de bairro, sindicatos e conselhos profissionais, ONGs e institutos de pesquisa. Quanto maior a diversidade de representantes da comunidade mais abrangente é a discussão promovida e, com isso, maiores as chances de sucesso das ações do grupo, já que as decisões atendem a uma parcela significativa da comunidade e não a um grupo específico.

De modo geral, as pesquisas realizadas com a sociedade civil mostram que ela tem diversas propostas para a melhoria da polícia, no entanto, suas sugestões, muitas vezes, ficam somente no plano das ideias e das indicações do que cada um deve fazer, não resultando em efetivas ações coletivas de engajamento, abertura e responsabilização mútua, exigidas por um programa de policiamento comunitário de sucesso. Por isso é importante a polícia mostrar receptividade à participação da população. Ao mesmo tempo, cabe à comunidade a tarefa de se engajar de modo sério e ativo na construção e manutenção de parcerias comunitárias, com entidades governamentais e não-governamentais e, mais importante, propor-se a pensar em conjunto não só os seus, mas os problemas da segurança de toda a comunidade. Isso porque alguns problemas aparentemente individuais podem ter impacto na segurança de toda uma comunidade.

Para a população, a segurança implica em várias questões que não são necessariamente criminais, como iluminação pública, terrenos baldios, infraestrutura, condições das habitações etc.

A polícia, quando considera e trabalha esses problemas, contribui para prevenir ocorrências criminais e para o aumento da sensação de segurança da população. Ações como

essa, que fazem parte da filosofia do policiamento comunitário, colaboram para diminuir o descompasso entre o que espera a população e o trabalho que a polícia realiza.

1.5.3.1 Conselho Comunitário de Defesa Social – CCDS

Entidades de Direito Privado, com vida própria e independência em relação aos segmentos da segurança pública ou a qualquer outro órgão público, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública, diagnosticando problemas das comunidades, possibilitando assim, ações estratégicas preventivas na área de segurança pública.

No Estado do Ceará, foram criados no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, mediante Decreto Estadual nº 25.293, de 11 de novembro de 1998.

São importantes porque fazem parte da perspectiva segundo a qual os problemas de segurança são responsabilidades de todos e não apenas das organizações policiais.

1.6 Procedimentos Metodológicos

Durante a etapa de planejamento, foram realizadas pesquisas na legislação, em relatórios obtidos junto aos gestores e em trabalhos monográficos e artigos disponíveis na Internet.

Foram realizadas reuniões junto ao Comando da Polícia Militar, Comando do RONDA, idealizadores do Projeto, instrutores da Academia Estadual de Segurança Pública - AESP e com especialistas ligados à área de segurança.

Foram realizadas visitas exploratórias à estrutura de comando do RONDA, com a finalidade de conhecer o parque tecnológico destinado ao monitoramento e controle das ações do programa e à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS, tendo como objetivo entender a sistemática de registro e demanda de ocorrências.

Também realizou-se, de forma segregada, com representantes dos CCDSs de Fortaleza e Região Metropolitana e com Policiais que integram e integraram o Corpo de Comando do Ronda, oficinas de trabalho para Análise SWOT, com o objetivo de conhecer os pontos fortes e fracos do programa, bem como as oportunidades e ameaças. Foi elaborado, ainda, o Diagrama de Verificação de Risco a fim de identificar as áreas mais sensíveis e quais apresentam maior risco para manutenção do RONDA.

A partir da utilização desses instrumentos de diagnóstico foram identificadas possíveis deficiências/fraquezas do programa RONDA, a saber:

- Falha no Processo de seleção de novos policiais, onde fases de caráter eliminatórios (avaliação psicológica, de capacidade física e a investigação social) acontecem concomitante ao Curso de Formação Profissional;
- Currículo do Curso de Formação com deficiências na formação humanística do policiamento comunitário;
- Variação na carga horária nos cursos de formação;

- Ausência de estágio supervisionado;
- Quantidade insuficiente de policiais designados para atuar no RONDA;
- Índice elevado de efetivo policial do RONDA afastado das suas atividades finalísticas;
- Jornada de trabalho desestimulante para os policiais;
- Rodízio de equipes em turnos distintos não favorecendo a criação de vínculo com a comunidade
- Não aceitação da Polícia Comunitária por parte de integrantes da Polícia Militar (Resistência da tropa);
- Excessiva demanda para atendimento de ocorrências;
- Prioridade ao atendimento de ocorrências em detrimento às atividades comunitárias;
- Desvirtuamento da filosofia de policiamento comunitário por alguns membros do efetivo policial do Ronda;
- Redução do efetivo policial em cada viatura;
- Elevado índice de viaturas em manutenção;
- Suspensão do patrulhamento feito por motocicleta;
- Pouco envolvimento dos CCDS no planejamento das ações do Ronda;
- Falta de integração do Sistema de Segurança Pública Estadual;
- Ausência de apoio do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará;
- Ausência de uniformização de conceitos e doutrinas;
- Deficiência de recursos financeiros;

Tais constatações deram origem às questões que compuseram a Matriz de Planejamento, instrumento que orientou a equipe de AOP na fase de execução e elaboração deste relatório.

Na execução, foi avaliada a estrutura de funcionamento do RONDA na Capital do Estado e Região Metropolitana.

Realizou-se, ainda, surveys, por meio de entrevistas semiestruturadas com todos os Comandantes das Companhias dos Batalhões de Policiamento Comunitário responsáveis pelo patrulhamento da Capital e Região Metropolitana, aplicação de questionários com parte do efetivo policial do RONDA e entrevistas por telefone com os representantes dos CCDS, selecionados mediante amostras, bem como observação direta, por meio de checklist, da estrutura física e de pessoal de todas as Companhias dos Batalhões de Policiamento Comunitário de Fortaleza e Região Metropolitana. Ressaltando, em relação aos questionários, a aplicação de perguntas com respostas fechadas e outras com respostas espontâneas.

1.6.1 Delimitação da Amostra do efetivo policial do RONDA e dos representantes dos CCDSs

O contingente de efetivo policial entrevistado e os representantes dos CCDSs foram selecionados atendendo aos seguintes critérios estatísticos:

I. Efetivo Policial

Considerando que a auditoria avaliará o RONDA no âmbito da Capital do Estado e sua Região Metropolitana, foi identificado, junto ao seu Comando, o efetivo global da Coordenadoria do Comando de Policiamento Comunitário, segundo os cinco Batalhões e suas Companhias.

Dentre esse contingente, identificou-se o efetivo operacional envolvido com o policiamento ostensivo do 1º Batalhão, responsável pelo patrulhamento da Capital e do 2º Batalhão, responsável pelo patrulhamento da Região Metropolitana, Quadro 2.

Quadro 2
Resumo de Efetivo
Coordenadoria do Comando de Polícia Comunitária,
Segundo as Companhias do 1º E 2º Batalhões de
Policiamento Comunitário – Julho/2013

Companhias / Batalhão	Efetivo Global	Efetivo Operacional	
		Policiamento Ostensivo	PROERD
1ªCIA/1ºBPCOM	206	150	0
2ªCIA/1ºBPCOM	212	155	1
3ªCIA/1ºBPCOM	159	113	2
4ªCIA/1ºBPCOM	142	98	0
5ªCIA/1ºBPCOM	174	126	0
6ªCIA/1ºBPCOM	169	118	1
7ªCIA/1ºBPCOM	122	93	1
8ªCIA/1ºBPCOM	168	130	0
9ªCIA/1ºBPCOM	213	171	1
Subtotal	1.763	1.245	7
1ªCIA/2ºBPCOM	276	216	3
2ªCIA/2ºBPCOM	142	114	0
3ªCIA/2ºBPCOM	57	38	2
4ªCIA/2ºBPCOM	56	38	0
5ªCIA/2ºBPCOM	99	74	1
6ªCIA/2ºBPCOM	96	73	1
7ªCIA/2ºBPCOM	62	45	2
8ªCIA/2ºBPCOM	96	66	6
Subtotal	884	664	15
Total	2.647	1.909	22

Fonte: Coordenadoria do Comando de Polícia Comunitária

Considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 90%, para uma população de 1.909 policiais, calculou-se que o tamanho da amostra seria de 238 policiais.

Essa quantidade de policiais a serem entrevistados foi distribuída segundo o número de policiais do Efetivo Operacional do Policiamento Ostensivo de cada Companhia, arredondando-se esse número para o primeiro inteiro seguinte, nos casos de fração de policiais, para cada Companhia.

O Quadro 3 demonstra a quantidade de policiais a serem entrevistados segundo as Companhias dos 1º e 2º Batalhões de Policiamento Comunitário.

Quadro 3
Número de Policiais do RONDA a serem Entrevistados,
Segundo as Companhias do 1º e 2º Batalhões de
Policiamento Comunitário

Companhias / Batalhão	Tamanho da Amostra
1ªCIA/1ºBPCOM	21
2ªCIA/1ºBPCOM	22
3ªCIA/1ºBPCOM	16
4ªCIA/1ºBPCOM	14
5ªCIA/1ºBPCOM	18
6ªCIA/1ºBPCOM	17
7ªCIA/1ºBPCOM	13
8ªCIA/1ºBPCOM	18
9ªCIA/1ºBPCOM	24
Subtotal	163
1ªCIA/2ºBPCOM	31
2ªCIA/2ºBPCOM	16
3ªCIA/2ºBPCOM	5
4ªCIA/2ºBPCOM	5
5ªCIA/2ºBPCOM	10
6ªCIA/2ºBPCOM	10
7ªCIA/2ºBPCOM	6
8ªCIA/2ºBPCOM	9
Subtotal	92
Total	255

II. Representantes dos CCDSs

Vinculados às dezessete Companhias dos 1º e 2º Batalhões de Policiamento Comunitário, existem 169 (cento e sessenta e nove) Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDSs.

Considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 90%, para uma população de 169 representantes de CCDSs, calculou-se que o tamanho da amostra seria de 105 representantes.

Considerando que esses Representantes iriam ser entrevistados por telefone e considerando a dificuldade de manter esses contatos, optou-se por tentar indiscriminada e aleatoriamente entrevistar os mais diversos representantes dos CCDSs, até alcançar o total de 105.

1.7 Aspectos orçamentários e financeiros

Antes de apresentar os gastos com o programa RONDA, é importante situar o nível da despesa da segurança pública no Estado do Ceará em relação aos gastos de outros estados, com o fim de permitir uma análise comparativa.

Nesse sentido, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, retrata a participação das despesas realizadas com a função Segurança Pública sobre a execução orçamentária total (Tabela 1) e despesas per capita realizada com a Função Segurança Pública (Tabela 2) por Estado de 2006 a 2011, ambas ordenadas, de forma crescente, segundo os percentuais/valores de 2011.

Tabela 1
Participação das Despesas realizadas com a Função Segurança Pública no
Total das Despesas realizadas por Estado de 2006 a 2011

Unidades da Federação	em porcentagem					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Piauí	6,2	6,3	4,1	5,0	5,2	4,1
Rio Grande do Sul	7,6	7,6	5,7	7,7	7,5	5,2
Ceará	4,5	5,8	5,8	6,7	6,0	5,8
Roraima	7,2	7,1	7,7	6,3	6,9	5,9
Espírito Santo	6,0	7,7	6,4	6,3	6,6	6,4
Paraná	6,7	6,5	6,3	6,1	6,3	6,5
Maranhão	7,4	8,1	7,6	8,6	8,9	7,3
Amazonas	7,5	7,4	7,2	7,3	7,2	7,6
Acre	7,1	8,4	8,3	7,9	7,3	7,7
São Paulo	8,5	7,9	7,4	7,7	5,5 ⁽³⁾	7,7
Rio Grande do Norte	6,6	7,7	8,5	8,6	7,9	8,2
Rio de Janeiro	12,3	12,3	12,1	8,6	8,0	8,4
Goiás	8,6	10,0	8,2	9,2	8,3	9,3
Mato Grosso do Sul	8,9	10,2	9,4	9,0	8,5	9,3
Bahia	9,0	9,4	8,9	9,1	8,5	9,5
Mato Grosso	8,9	6,9	9,2	9,2	9,4	9,8
Pará	9,1	9,1	9,2	9,2	8,9	9,9
Pernambuco	8,4	8,0	8,3	8,4	9,4	10,3
Santa Catarina	11,5	11,6	1,6 ⁽¹⁾	11,7 ⁽²⁾	10,9	10,5
Amapá	8,9	8,8	10,1	10,5	9,5	10,6
Paraíba	8,6	9,1	9,1	10,4	9,9	10,6
Tocantins	7,7	8,0	6,9	8,3	9,4	10,8
Sergipe	7,8	8,9	8,2	9,6	11,7	12,2
Alagoas	11,9	12,8	13,6	14,2	13,4	12,4
Rondônia	12,8	12,9	13,0	12,7	13,2	13,3
Minas Gerais	13,5	13,2	12,6	14,0	13,4	13,6

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012 publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(1) Os gastos com Pessoal e Encargos não foram incluídos na Função Segurança Pública.

(2) Os gastos com Pessoal e Encargos retornaram à Função Segurança Pública.

(3) As despesas em 2010 com Segurança Pública em São Paulo não incluem as despesas intra-orçamentárias

Observa-se pela Tabela 1 que o Estado do Ceará, no ano de 2011, foi o terceiro Estado da Federação que menos dispendeu com a função segurança pública (5,8%) em relação às despesas totais do governo. No ano de 2012 esse percentual evoluiu para 8,87% (Relatório Técnico das Contas do Governo Cearense).

Mesmo com esse crescimento substancial de mais de 3 pontos percentuais, os recursos dispendidos com segurança pública pelo Estado do Ceará em 2012 foram menores que os gastos da maioria dos estados nordestinos em 2011: Bahia (9,5%), Pernambuco (10,3%), Paraíba (10,6%), Sergipe (12,2%) e Alagoas (12,4%).

Tabela 2
Despesas per capita realizada com a Função Segurança Pública
Brasil – 2006 a 2011

Unidades da Federação	em reais					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Piauí	67,79	77,28	57,30	84,25	93,63	76,35
Maranhão	58,74	67,68	82,59	106,62	119,38	107,49
Ceará	54,81	62,43	74,15	103,88	113,33	113,02
Pará	88,95	95,17	117,56	126,63	136,03	150,69
Paraná	97,28	98,67	108,90	112,47	133,95	152,74
Paraíba	100,00	111,26	128,48	149,22	153,09	168,27
Rio Grande do Sul	132,01	138,43	127,00	201,04	245,49	175,09
Bahia	102,45	113,53	122,29	133,43	140,00	182,09
Rio Grande do Norte	97,02	128,21	157,99	180,48	164,49	182,68
Goiás	124,75	163,24	154,43	183,83	195,56	215,84
Pernambuco	91,76	107,05	132,21	155,11	181,22	223,01
Alagoas	126,54	149,36	188,18	227,68	238,46	227,16
Espírito Santo	136,48	196,04	190,21 ⁽¹⁾	200,67	218,71	227,20
Amazonas	130,09	137,25	167,47	186,96	200,32	228,56
Santa Catarina	152,46	169,52	28,07 ⁽³⁾	225,64 ⁽⁴⁾	216,42	234,88
Rio de Janeiro	269,91	278,69	309,97	231,78	244,81	283,15
São Paulo	173,33	182,87	218,40	244,47	177,48 ⁽⁵⁾	294,75
Roraima	221,07	253,12	332,84	301,21	325,41	316,38
Sergipe	139,72	149,39	176,14	235,39	341,07	324,55
Minas Gerais	200,78	217,07	249,82 ⁽¹⁾	280,51	301,58	335,27
Mato Grosso	177,89	153,88	246,98	285,67	301,79	346,98
Mato Grosso do Sul	180,63	231,65	269,66	273,19	260,31	354,32
Tocantins	163,01	192,95	216,73	262,69	307,53	374,80
Acre	221,55	264,15	335,80	402,77	380,86	376,18
Amapá	244,98	258,35	370,67	399,80	365,13	445,47
Rondônia	225,76	241,57	327,62	376,43	405,91	458,64
BRASIL	165,04	184,19	208,47	238,29	236,94	267,95

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012 publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

- (1) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 3, 2009.
- (2) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 5, 2011.
- (3) Os gastos com Pessoal e Encargos não foram incluídos na Função Segurança Pública.
- (4) Os gastos com Pessoal e Encargos retornaram à Função Segurança Pública.
- (5) As despesas em 2010 com Segurança Pública em São Paulo não incluem as despesas intra-orçamentárias

No aspecto gasto/habitante na função segurança pública em 2011 demonstrado na Tabela 2, o cenário é o mesmo apresentado na Tabela 1, o Ceará é o terceiro pior Estado da Federação, gastando, R\$ 113,02/habitante.

Mesmo tendo crescido mais de 100% no período de 2006 a 2011 nos gastos/habitante com segurança pública, o Ceará aplicou menos da metade do valor nacional (R\$ 267,95/habitante) em 2011.

1.7.1 Gastos com o Programa RONDA

O escopo da presente auditoria avaliou o RONDA no âmbito de Fortaleza e Região Metropolitana, entretanto, face as dificuldades em segregar seus dispêndios por região, os gastos do RONDA foram analisados tendo como base dados de todo o Estado.

Desde sua implantação, em 2007, até o exercício de 2011, o Programa Ronda do Quarteirão, que constou nas respectivas Leis Orçamentárias como programa de governo, dispendeu o montante de R\$ 217.397.119,74 (Tabela 4), que representa 5,49% do executado pelo Estado com Segurança Pública nesse período. A Tabela 3 a seguir demonstra essa proporção ano a ano.

Tabela 3
Valor Orçado e Executado na Função Segurança Pública
Estado do Ceará – 2007 a 2011.

Programa	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	% Programa *1
RONDA DO QUARTEIRAO	67.251.413,87	47.780.167,95	9,18%
OUTROS PROGRAMAS	526.444.350,47	472.604.637,74	90,82%
EXERCÍCIO DE 2007	593.695.764,34	520.384.805,69	
RONDA DO QUARTEIRAO	34.000.426,00	22.796.354,63	3,64%
OUTROS PROGRAMAS	697.718.510,24	603.833.412,20	96,36%
EXERCÍCIO DE 2008	731.718.936,24	626.629.766,83	
RONDA	53.774.554,15	38.527.348,68	4,34%
OUTROS PROGRAMAS	1.085.288.276,90	849.393.901,19	95,66%
EXERCÍCIO DE 2009	1.139.062.831,05	887.921.249,87	
RONDA	75.450.190,00	68.041.802,74	7,10%
OUTROS PROGRAMAS	1.100.240.214,85	889.875.825,79	92,90%
EXERCÍCIO DE 2010	1.175.690.404,85	957.917.628,53	
RONDA	41.238.217,68	40.251.445,74	4,18%
OUTROS PROGRAMAS	1.011.581.673,73	923.844.110,87	95,82%
EXERCÍCIO DE 2011	1.052.819.891,41	964.095.556,61	

Fonte: Base de dados do Sistema Integrado de Contabilidade do Estado do Ceará – SIC

1* Percentual executado pelo programa em relação ao gasto total da função segurança pública no exercício

No contexto da execução da despesa em relação ao orçado pelo Governo a Tabela 4 apresenta o nível de execução do RONDA durante o período 2007 – 2011.

Tabela 4
Valor Orçado e Executado no Programa RONDA
Estado do Ceará – 2007 a 2011

Exercícios	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	% Execução *1
2007	67.251.413,87	47.780.167,95	71,05%
2008	34.000.426,00	22.796.354,63	67,05%
2009	53.774.554,15	38.527.348,68	71,65%
2010	75.450.190,00	68.041.802,74	90,18%
2011	41.238.217,68	40.251.445,74	97,61%
TOTAL	271.714.801,70	217.397.119,74	80,01%

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade - SIC

1* Percentual executado em relação ao orçado pelo programa no exercício

Em razão das mudanças ocorridas no PPA 2012-2015, materializadas na Lei Orçamentária de 2012, diversos programas foram extintos, transformados em ações ou simplesmente incorporados a outros programas. No caso do RONDA, não foi diferente, pois, mesmo tendo boa parte de suas metas/ações absorvidas pelo programa 012 – SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA, diversas ações associadas ao RONDA foram apropriadas em outros programas da função segurança pública, como por exemplo o contrato de manutenção das viaturas que ficou a cargo do programa 015 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA.

Tabela 5
Valor Orçado e Executado na Função Segurança Pública por Programa
Estado do Ceará – 2012

Cod.	Programa	Orçado (R\$)	Executado (R\$)	% Programa*1
003	Transporte e Logística do Estado do Ceará	75.493.200,00	74.362.891,27	5,04%
012	Segurança Pública Comunitária	53.260.830,20	50.164.121,11	3,40%
015	Segurança Pública Integrada	224.608.074,98	194.334.085,33	13,16%
016	Gestão de Riscos e Desastres	36.344.893,52	14.470.360,91	0,98%
096	Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário	899.500,91	735.932,55	0,05%
500	Gestão e Manut. dos Encargos Gerais do Estado	1.166.943.309,21	1.142.849.899,41	77,38%
Total		1.557.549.808,82	1.476.917.290,58	100,00%

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade - SIC

1* Percentual executado no programa em relação ao total executado no exercício

Ressalte-se que, os gastos na função Segurança Pública em 2012 alcançaram valores próximo a R\$ 1,5 milhão, montante superior em 50% do dispêndio no exercício anterior. Mesmo utilizando 94,18% do orçamento autorizado (Tabela 5), cumpriu-se menos da metade das metas previstas inicialmente (Tabela 6) para o Programa 012 – Segurança Pública Comunitária em 2012.

Tabela 6
Comparativo entre os quantitativos Programados e Realizados das Metas previstas para 2012 – 2015 do Programa 012 – Segurança Pública Comunitária

Metas para 2012-2015	Prog. 2012	Real. 2012	%
03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - PM.	11	0	0%
03004 - Capacitar 3600 integrantes da PM na filosofia do policiamento comunitário.	900	900	100%
03005 - Aumentar em 1.100 policiais o efetivo do Batalhão de Polícia Comunitária – PM.	275	982	357%
03006 - Criar 15 postos de vigilância e atendimento de salvamento aquático em áreas de concentração turística na região metropolitana e interior do Corpo de Bombeiros Militar.	4	0	0%
03007 - Aumentar em 45 o número de Municípios atendidos pelos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar.	16	0	0%
03008 - Capacitar 400 bombeiros militares que atuam nos projetos sociais e salvamento aquático em áreas de concentração turística.	115	0	0%
03009 - Capacitar 3.000 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	1000	931	93%
03028 - Implantar e aparelhar 20 postos de articulação comunitária - SSPDS.	4	0	0%
03029 - Executar 2 projetos de edificações públicas - SSPDS.	1	0	0%
03030 - Adquirir 10 veículos para a SSPDS.	4	0	0%
03031 - Equipar 2 unidades da SSPDS.	1	0	0%
03032 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses - SSPDS.	1000	0	0%
03050 - Implantar 26 Postos de Identificação Civil distribuídos nas 8 macrorregiões do Estado do Ceará – Perícia Forense.	18	0	0%
03051 - Dotar 5 Postos de Atendimento "Vapt-Vupt", do Governo do Estado, de 1 kit de identificação civil – Perícia Forense.	5	0	0%

Fonte: Relatório Técnico do Balanço Geral do Estado do Exercício de 2012

Das metas programadas e não atingidas em 2012 a que mais evidenciou a pouca eficácia desse programa foi a não ampliação do RONDA para 11 (onze) municípios do interior do Estado com população acima de 30 mil habitantes.

Observa-se, não obstante a necessidade crescente de investimentos em segurança pública, o simples aumento no volume dos gastos pelo Estado do Ceará, por si só, não vincula necessariamente a indicadores de desempenho mais favoráveis nessa área, necessitando que se adote estratégias, sobretudo para melhorar a qualidade e efetividade no emprego desses recursos.

1.8 Efetivo de policiais integrantes do RONDA

O Governo do Estado do Ceará, em 2007, criou o RONDA, vinculando-o inicialmente à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. Em 2010, foi instituído no sistema de segurança pública do Estado, o Batalhão de Policiamento Comunitário - BPCOM, que passou a gerenciar o programa.

Com o advento da Lei nº 15.217 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar), em setembro de 2012, o BPCOM foi elevado à categoria de Grande Comando, passando a denominar-se Comando de Polícia Comunitária constituído de 5 (cinco) batalhões e 29 (vinte e nove) companhias. Com um efetivo que representa cerca de 23% do total de policiais militares do Estado do Ceará é considerado um dos principais programas da área de Segurança Pública do Ceará, com 100% de cobertura em toda a Capital e Região Metropolitana.

Não obstante o Comando de Polícia Comunitária possuir efetivo de 3.737 policiais (referência julho/2013), as estatísticas extraídas do banco de dados da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS no primeiro quadrimestre dos exercícios de 2012 e 2013 mostram que, do total de ocorrências geradas para a Polícia Militar, aproximadamente 3 de cada 4 chamados foram atendidas pelos policiais do RONDA.

Tabela 7
Total das ocorrências atendidas pela Polícia Militar x Ronda

Período	Ocorrência geradas para a Polícia Militar	Ocorrências Atendidas pelo Ronda	% Atendimento
1º Quadrimestre de 2012	366.304	261.250	71,32%
1º Quadrimestre de 2013	455.158	328.754	72,23%

Fonte: Relatório fornecido pelo CIOPS

1.9 Limitação da Auditoria

Durante a realização desta auditoria, a equipe encontrou as seguintes limitações:

- Dificuldade em aplicar os questionários por telefone (surveys) com os representantes dos CCDS, devido a mudanças nos telefones informados pelo comando do RONDA;
- Aplicação dos questionários, sempre às 14 horas, com os policiais que estavam saindo de serviço, para não prejudicar os trabalhos das equipes e consequentemente o atendimento das ocorrências;
- Inviabilidade em aplicar a técnica SWOT com os policiais do RONDA, face aspectos relacionados a hierarquia militar e a escala de serviços.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

2.1 Os policiais do RONDA realizam atividades de policiamento comunitário?

Situação Encontrada

As evidências identificadas demonstram que os policiais do RONDA não estão realizando atividades de policiamento comunitário.

Critérios

A concepção do Programa de Polícia Comunitária do Estado do Ceará, materializado no Projeto Ronda do Quarteirão, *Item 7 – Descrição das situações de uso no Programa RONDA*, estabelece as formas de atuação da polícia comunitária, apresentadas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4
Descrição das Situações de Uso no Programa Ronda

Situação de uso	Quem inicia a ação	Descrição da situação de uso	Resultado
Realização de Patrulhamento	Policial Ostensivo do RONDA	O Policial Ostensivo realiza o patrulhamento e evita ocorrências delituosas (a pé; carro-patrolha; moto patrolha; a cavalo; bicicleta, etc.).	Inibição da ocorrência de crime
Realização de Ação de Polícia Comunitária	Policial Ostensivo do RONDA	O Policial Ostensivo realiza visitas e contatos frequentes junto aos comunitários, para obter informações e sugestões sobre a segurança na base territorial.	Conhecimento e integração com a comunidade
Solicitação de Socorro	Cidadão	O cidadão entra em contato diretamente com o policiamento do RONDA para solicitar socorro. A ligação passa pelo CIOPS gerando a abertura de uma ocorrência e gravando os diálogos	Acionamento do socorro
Prestação de Socorro	Policial Ostensivo do RONDA	O Policial Ostensivo presta socorro a um cidadão por iniciativa própria.	Prestação de socorro

Fonte: Projeto Ronda do Quarteirão

Desta forma, verifica-se que, é atribuição do Policial do RONDA realizar o patrulhamento com o fim de evitar ocorrências delituosas e as visitas e contatos frequentes junto aos comunitários para obter informações e sugestões sobre a segurança na sua área de atuação.

2.1.1 Quanto a Inibição da Ocorrência de Crime – Do Patrulhamento

Evidências

- No momento da inspeção *in loco*, 27 das 169 áreas atendidas pelo RONDA estavam desassistidas, em decorrência de viaturas em manutenção ou deslocadas de sua área de atuação;
- 71,43% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que os policiais do RONDA habitualmente não costumam ser vistos e identificados com facilidade em sua comunidade;
- 41,18% dos Comandantes entrevistados e 28,57% dos Representantes dos CCDSs entendem que a atual frota de viaturas do RONDA não está sendo suficiente para promover o patrulhamento preventivo;

- Aproximadamente 72% das ocorrências demandadas para a Polícia Militar, via CIOPS, são atendidas pelo RONDA;
- Todos os Comandantes entrevistados afirmaram que as equipes do RONDA demandam muito tempo no registro dos flagrantes na Polícia Civil.

Causas

- Falta de manutenção preventiva nas Viaturas;
- Viaturas deslocadas da Região Metropolitana para suprir áreas descobertas da Capital;
- Atendimento excessivo de ocorrências da esfera de atuação do Policiamento Ostensivo Geral por policiais do RONDA;
- Falta de sinergia entre a Polícia Civil e a PM, notadamente nos casos em que se faz necessária a lavratura do flagrante.

Efeitos

- Existência de áreas atendidas pelo RONDA desassistidas de patrulhamento;

2.1.2 Quanto ao Conhecimento e Integração com a Comunidade

2.1.2.1 Das Visitas Domiciliares

Evidências

- 85,71% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que os policiais não fazem, habitualmente, visitas domiciliares aos moradores e comerciantes de sua comunidade;
- Quanto as visitas aos recém chegados na comunidade, 66,27% dos Policiais e 64,71% dos Comandantes entrevistados afirmaram que não são feitas. 84,76% dos Representantes dos CCDSs corroboraram com essa afirmação.

Causas

- Excesso de demanda de ocorrências atinentes ao Policiamento Ostensivo Geral.

Efeitos

- Pouco contato junto aos comunitários, para obter informações e sugestões sobre a segurança na base territorial.

2.1.2.2 Do contato frequente junto aos comunitários, para obter informações e sugestões sobre a segurança na base territorial

Evidências

- 65,49% dos Policiais afirmaram que não procuram apoio das lideranças comunitárias para a solução de problemas ligados à Segurança. 74,29% dos Representantes dos CCDSs, corroboraram com essa afirmação;

- 75,24% dos Representantes dos CCDSs, afirmaram que os policiais do RONDA não visitam os moradores e comerciantes de sua comunidade buscando identificar problemas;
- Quanto a participação dos policiais nas reuniões dos CCDSs, 80,00% dos Representantes desses Conselhos afirmaram que os policiais não participam. 61,13% dos Policiais e 70,59% dos Comandantes entrevistados, corroboraram com essa afirmação;
- 97,25% dos Policiais não souberam informar quantas reuniões dos CCDSs aconteceram nos últimos 12 meses;
- 83,81% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que sua comunidade não identifica os policiais pelo nome. 62,35% dos Policiais corroboraram com essa afirmação.

Causas

- Alto índice de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa.

Efeitos

- Policial pouco envolvido com a vida da comunidade.

2.1.2.3 Da Percepção da Atividade de Policiamento Comunitário

Evidências

- Na visão de 77,25% dos Policiais, 58,82% dos Comandantes entrevistados e 66,67% dos Representantes dos CCDSs, a população não sabe qual o papel do policial comunitário;
- Quanto a satisfação da população com a atuação do RONDA, 47,06% dos Comandantes, 54,90% dos Policiais e 46,67% dos Representantes dos CCDSs, afirmaram que a população não está satisfeita. Destacar que, apesar de a resposta ser dada pelo prestador do serviço, que normalmente tende a ocultar a veracidade da situação, de forma que lhe favoreça, os percentuais foram elevados;
- 79,61% dos Policiais afirmaram que já atuaram em 3 ou mais áreas distintas;
- 56,19% dos Representantes dos CCDSs, indagados sobre o que deveria mudar no RONDA, responderam que o Programa deveria voltar a prática do policiamento comunitário. 53,69% dos Policiais apresentaram, também de forma espontânea, a mesma opinião.

Causas

- A filosofia do policiamento comunitário e o papel do policial comunitária foi pouco disseminado nas diversas comunidades atendidas pelo RONDA.

Efeitos

- Falta de identificação por parte da comunidade do papel do policial comunitário.

2.1.3 Quanto ao Acionamento do Socorro – O Cidadão entra em Contato Diretamente com o Policiamento do RONDA

Evidências

- 77,65% dos Policiais afirmaram que a maioria das ocorrências atendidas são originárias do CIOPS;
- 66,67% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que não ligam para o telefone da viatura, apesar de 56,19% saberem qual o número do telefone da viatura;
- 30,18% dos Policiais citaram que o telefone de sua viatura já apresentou problema.

Causas

- Atendimento excessivo de ocorrências da esfera de atuação do Policiamento Ostensivo Geral por policiais do RONDA;
- Deficiência na divulgação do número dos telefones das viaturas do RONDA junto a população;
- Telefones das viaturas do RONDA, com problemas técnicos.

Efeitos

- Deficiência na solicitação de socorro pela população;
- Demora na prestação de socorro à população.

2.1.4 Quanto à avaliação do RONDA no momento atual

Consultados “*Como você avalia o RONDA hoje?*”, segundo as opções satisfatório, regular e não satisfatório, os Policiais, os Comandantes e os Representantes dos CCDSs assim se manifestaram:

Policiais

- Satisfatório _____ 6,67%
- Regular _____ 44,31%
- Não Satisfatório _____ 49,02%
- Não Avaliaram _____ 0,00%

Comandantes

- Satisfatório _____ 29,41%
- Regular _____ 58,83%
- Não Satisfatório _____ 11,76%
- Não Avaliaram _____ 0,00%

Representantes dos CCDSs

- Satisfatório _____ 28,57%
- Regular _____ 53,33%
- Não Satisfatório _____ 15,246%
- Não Avaliaram _____ 2,86%

• Indagados “*o que você acha que deve mudar no RONDA?*”, os Policiais (53,69%) e os Representantes dos CCDSs (56,19%), entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que o RONDA deve voltar à prática do Policiamento Comunitário.

Boas Práticas

Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, ação conjunta da Polícia Militar, através do Policial PROERD; da Escola, através de professores, especialistas e estudantes; e da Família, representada pelos pais e pela comunidade de modo geral, com o sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudar os estudantes a reconhecerem as pressões e a influência diária para usarem drogas e praticarem a violência, e a resistirem a elas policiamento preventivo comunitário escola.

Referido programa foi regulamentado como uma ação do Batalhão do Policiamento Comunitário – BPCom, vinculado ao RONDA, o qual destaca 2 (dois) policias do efetivo de cada CIA para a promoção dessa Ação.

Recomendações

Que a Polícia Militar:

- elabore estudo de viabilidade econômica para as viaturas cuja garantia oferecida pelo fabricante esteja vencida, de forma a demonstrar a opção mais vantajosa, quais sejam: realizar a manutenção ou substituir as viaturas;
- oriente as Equipes do RONDA à realizar atividades inerentes a prática do policiamento comunitário;
- provoque junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, órgão estadual gestor do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, a discussão acerca da necessidade de se adotar medidas com vistas a agilizar a lavratura dos autos de prisão em flagrante encaminhados pelas Equipes do Ronda
- promova campanhas contínuas para divulgação do RONDA, enfatizando o papel do policiamento comunitário e dos números dos telefones de suas viaturas;
- providencie em tempo hábil a manutenção dos telefones das viaturas.

Benefícios Esperados

- Patrulhamento mais efetivo em todas as Áreas atendidas pelo RONDA, inibindo a ocorrência do crime;
- Maior participação da população no exercício do policiamento comunitário, fornecendo informações e sugestões sobre a segurança na sua comunidade;
- Prestação de socorro à população de forma mais célere.

2.2 As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário?

Situação Encontrada

As evidências identificadas constataam que:

- As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs não dispõem de estrutura física adequadas para a execução das atividades de policiamento comunitário
- Os acessórios necessários para o desempenho da atividade policial, disponibilizados para a tropa do RONDA, não satisfazem as exigências de segurança.
- As CIAs não dispõem de equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário.

Crítérios

Na concepção do Programa de Polícia Comunitária do Estado do Ceará, materializada no Projeto Ronda do Quarteirão, *Item 6 – Características e Dinâmicas*, a subordinação do RONDA inicialmente ficou a cargo de uma unidade especializada, o Batalhão Comunitário, que operacionalizava o policiamento sempre no mesmo padrão de atuação. Posteriormente, o gerenciamento dos trabalhos ficaram a cargo das Companhias correspondentes às áreas operacionais, que acompanham os resultados obtidos e apresentam relatórios sobre o desenvolvimento do programa ao Batalhão.

A organização básica da Polícia Militar do Ceará, positivada mediante a Lei Estadual nº15.217, de 05 de setembro de 2012, art. 22, transcrito abaixo, convalida a necessidade de oferecer, ao policiamento ostensivo, aparato necessário que favoreçam o desempenho de suas atividades, vejamos:

Art.22. No policiamento ostensivo serão utilizados fardamentos, armamentos, equipamentos, aprestos e outros materiais que auxiliem direta e indiretamente o trabalho policial militar e sua identificação, exceto nas ações de inteligência que obedecem à regulamentação apropriada.

Nesse sentido, não há como pensar em policiamento ostensivo sem vinculá-lo a companhias e batalhões, e não há como falar em companhias e batalhões sem infraestrutura física e equipamentos e recursos materiais que garantam seus funcionamentos.

Evidências

- Das 17 (dezessete) Companhias visitadas:
 - ✓ 76,47% estão instaladas em espaço cedido;
 - ✓ 82,35% funcionam em estrutura adaptada para a atividade policial de forma precária, sem planta física específica;
 - ✓ 76,47% não dispõem de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;
 - ✓ 52,94% não dispõem de área de recepção/espera e de sanitários para o público;
 - ✓ 41,18% não dispõem de local específico para “reserva de arma”;

- ✓ Todas disponibilizavam munição para a tropa, entretanto a quase totalidade dessas munições encontravam-se com prazo de validade vencido;
- ✓ Todas disponibilizavam coletes balísticos para a tropa, entretanto muitos desses coletes estavam com prazo de validade vencido;
- ✓ 52,94% não dispunham de computadores, sendo utilizados os de uso pessoal dos policiais;
- ✓ 58,82% não dispunham de Impressoras.
- Dos 17 (dezesete) Comandantes entrevistados:
 - ✓ Somente 11,76% afirmaram que as instalações físicas são satisfatórias;
 - ✓ 82,35% afirmaram que a munição utilizada pela tropa não é satisfatória para o desempenho das atividades policiais;
 - ✓ 66,67% afirmaram que o armamento utilizado pela tropa não é satisfatório ao desempenho das atividades policiais;
 - ✓ 88,24% afirmaram que os equipamentos de informática não atendem as necessidades da CIA;
 - ✓ 64,71% afirmaram que os móveis e materiais de escritório não são satisfatórios;
 - ✓ 41,18% afirmaram que os equipamentos de comunicação (Rádio) não são satisfatórios;
 - ✓ 52,94% afirmaram que os telefones funcionais não são satisfatórios.
- Indagados “*o que você acha que deve mudar no RONDA?*”, os Policiais (12,30%), entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que deveriam fazer uso de Equipamentos de Comunicação Individual eficientes.

Causas

- Falta de políticas de investimento em infraestrutura física adequada à execução das atividades de policiamento comunitário;
- Deficiência no planejamento das aquisições;
- Falta de políticas de investimento em equipamentos e recursos materiais adequados à execução das atividades nas CIAs de policiamento comunitário.

Efeitos

- CIAs de Policiamento Comunitário instaladas em locais improvisados e que não favorecem a integração comunidade <=> polícia;
- Munição e coletes balísticos vencidos, expondo os policiais a situação de risco;
- Armamento não satisfatório ao desempenho das atividades policiais;
- Falta de equipamentos que favoreçam a comunicação durante as atividades policiais;
- CIAs de Policiamento Comunitário funcionando de forma precária e improvisada.

Recomendações

Que a Polícia Militar elabore:

- plano de investimento em infraestrutura física adequada para às CIAs de policiamento comunitário;

- plano de aquisições periódico para as munições e coletes balísticos, observando os prazos e critérios de validade;
- estudo sobre armamentos letais/não letais e de equipamentos de comunicação individual adequadas ao uso dos policiais do RONDA, como também um plano de aquisições;
- plano de aquisições periódico para os equipamentos e recursos materiais.

Benefícios Esperados

- CIAs de policiamento comunitário instaladas em espaços físicos apropriados à prática do policiamento comunitário e que favoreçam a integração comunidade <=> polícia;
- Garantia de requisitos mínimos de segurança para o desempenho da atividade policial;
- CIAs de Policiamento Comunitário melhor aparelhadas.

2.3 O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA?

Situação Encontrada

As evidências identificadas comprovam que o RONDA não dispõe de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA.

Crerios

Na concepção do Programa de Polícia Comunitária do Estado do Ceará, materializada no Projeto Ronda do Quarteirão, *Item 6 – Características e Dinâmicas*, cada base territorial de atuação do RONDA era composta por 4 (quatro) equipes com 2 (dois) patrulheiros embarcados em viatura e 1 (um) motociclista patrulheiro, totalizando 12 (doze) policiais.

Posteriormente, as motocicletas foram retiradas do programa e seus condutores passaram a atuar nas viaturas, permanecendo a composição de 3 (três) policiais por equipe.

Evidências

- Todos os 17 (dezesete) Comandantes afirmaram que, atualmente, a composição padrão das equipes de suas CIAs conta com 2 patrulheiros;
- Indagados “*o que você acha que deve mudar no RONDA?*”, os Comandantes (23,53%), os Policiais (33,20%) e os Representantes dos CCDSs (34,29%), entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que a composição das equipes atuais do RONDA volte a contar com 3 (três) patrulheiros.

Causas

- Alto índice de efetivo policial fora da atividade operacional do RONDA (cerca de 22%);
- Alto índice de evasão de policiais do RONDA.

Efeitos

- Número reduzido de policiais por viatura inviabiliza a prática do policiamento comunitário;
- Existência de áreas atendidas pelo RONDA desassistidas de patrulhamento;
- Quando do atendimentos às ocorrências, o efetivo de 2 policiais por viatura compromete a prática do policiamento comunitário e a segurança dos patrulheiros nas abordagens.

Recomendações

Que a Polícia Militar elabore estudo de viabilidade para garantir o efetivo policial inicialmente planejado (3 policiais por viatura).

Benefícios Esperados

- Policiamento mais efetivo em todas as áreas atendidas pelo RONDA.

2.4 O programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de escala de trabalho que proporciona a integração das equipes com a comunidade?

Situação Encontrada

As evidências identificadas constataam a existência de uma escala de serviço que não favorece a integração das equipes do RONDA com a comunidade.

Critérios

Segundo os princípios da Polícia Comunitária transcritos no livro “*Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária*” (2007), especificamente naquilo que concerne sobre o policiamento descentralizado e personalizado, é necessário que o policial esteja plenamente envolvido com a comunidade, seja conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades.

Dessa forma, os serviços policiais devem ser adaptados às necessidades reais da comunidade com o fim de estabelecer vínculos policial ↔ comunidade.

Evidências

- A escala de serviço do RONDA segue o seguinte padrão: 4 dias trabalhados para 2 dias de folga, alternando entre os turnos A (06:00h às 14:00h), B (14:00h às 22:00h) e C (22:00h às 06:00h);
- Com essa escala de serviço, o Policial do RONDA, após o gozo de sua folga, retorna para um turno diferente daquele que ele trabalhou anteriormente, estabelecendo contato com o mesmo público somente após o intervalo de 14 (catorze) dias;
- Alto índice de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa;
- Dos 17 (dezessete) Comandantes entrevistados:

- ✓ 41,18% entendem que a escala de serviço atual não favorece a integração com a comunidade;
- ✓ 82,35% entendem que a escala de serviço atual deve ser modificada; e
- ✓ 58,82% sugerem a escala de serviço 12x24 / 12x48 como a melhor escala para a prática do policiamento comunitário;
- Dos Policiais entrevistados
 - ✓ 69,41% entendem que a escala de serviço atual não favorece a integração com a comunidade;
 - ✓ 88,63% dos Policiais entendem que a escala de serviço atual deve ser modificada; e
 - ✓ 27,84% sugerem a escala de serviço 12x24 / 12x48 como a melhor escala para a prática do policiamento comunitário;

Causas

- Escala de trabalho definida pelo alto comando da Polícia Militar.

Efeitos

- Policial pouco envolvido com a vida da comunidade; que pouco conhece da rotina diária do bairro e de seus habitantes.

Recomendações

Que a Polícia Militar:

- defina uma escala de serviços para os policiais do RONDA, preferencialmente em turnos fixos, visando estabelecer vínculos entre os policiais e a comunidade;
- evite a prática de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa.

Benefícios Esperados

- Policial envolvido com a vida da comunidade, conhecendo a rotina do bairro e de seus habitantes.

2.5 O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de incentivos que valorizem a ação do policial comunitário?

Situação Encontrada

As evidências identificadas aduzem que o RONDA não dispõe de política de incentivos específica que valorizem a ação do policiamento comunitário.

Crítérios

A Carta Constitucional de 88, em seu Art. 39, § 1º, I, assim dispõe:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A **fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:**

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (destaque nosso).

Como se verifica, a CF/88, assegura que as remunerações na carreira pública devem observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos, afastando possíveis disparidades na remuneração de funções equiparadas.

Segundo o livro “*Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária*” (2007), a implantação do modelo de Polícia Comunitária, exige a **formação especializada de seu pessoal**, bem como, a criação e a implantação de um plano de carreira.

Evidências

- Os policiais do RONDA, no período de 13/05/2008 a 31/12/2011, fizeram jus a Gratificação de Policiamento Ostensivo, instituída mediante a Lei Estadual nº 14.113 de 12/05/2008 e revogada mediante a Lei Estadual nº 15.114 de 16/02/2012;
- O Estado do Ceará, mediante a Lei Estadual nº 15.133 de 28/03/2012, instituiu a Gratificação de Policiamento Especializado – GPE, extensivo apenas aos militares em efetivo exercício funcional no Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE e no Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – RAI0;
- Insatisfação do Policial do RONDA por não estarem enquadrados como polícia especializada e portanto não fazerem jus a gratificação de policiamento especializado.
- Disparidade na remuneração entre militares de mesma patente – soldado do RONDA com remuneração inferior aos do BPCHOQUE e RAI0;
- Militares graduados (cabos e sargentos do RONDA) percebendo remuneração inferior à militares de menor patente (soldados do BPCHOQUE e RAI0).

Causas

- Revogação da Gratificação de Policiamento Ostensivo, mediante Lei Estadual nº 15.114 de 16/02/2012;
- Instituição da Gratificação de Policiamento Especializado – GPE, mediante a Lei Estadual nº 15.133 de 28/03/2012.

Efeitos

- Policiais que atuam no RONDA desestimulados e insatisfeitos.

Recomendações

Que a Polícia Militar elabore estudos de viabilidade objetivando adotar tratamento isonômico, quanto a política de remuneração, entre os policiais do RONDA e os do BPCHOQUE e RAI0.

Benefícios Esperados

- Satisfação e motivação do policial no exercício de suas funções;
- Estimulo à permanência do policial na carreira.

2.6 As ações formativas (inicial e continuada) qualificam os policiais do RONDA a desempenhar as atividades de policiamento comunitário?

Situação Encontrada

As evidências identificadas demonstram que as ações formativas não qualificam os policiais do RONDA para o desempenho de atividades de policiamento comunitário.

Crerios

O Projeto Ronda do Quarteirão propôs a formação dos policiais com base na filosofia do policiamento comunitário estabelecendo como pré-requisito para o ingresso no RONDA a participação no Curso “Promotor da Doutrina de Polícia Comunitária”, utilizando como instrumento metodológico a matriz curricular sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

O Projeto, define ainda, como condição de sucesso, “*Treino e Formação de Pessoal*” para os integrantes do Programa.

Evidências

- Dos Policiais entrevistados
 - ✓ 59,61% entendem que as disciplinas e conteúdos do Curso de Formação não foram suficientes para o desempenho das atividades de polícia comunitária;
 - ✓ 39,90% afirmaram que a carga horária da disciplina Técnica Policial Militar não foi suficiente para disseminar os conhecimentos;
 - ✓ 23,08% entendem ser necessário dedicar mais tempo para a prática de tiro;
 - ✓ 50,98% afirmaram que durante o curso de formação não passaram por situações que simulassem o cotidiano de um policial comunitário;
 - ✓ 78,8% afirmaram que não conseguem participar dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos;
 - ✓ 74,51% afirmaram que a carga horária dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos são insuficientes;
- Dos 17 (dezessete) Comandantes entrevistados:
 - ✓ 41,18% não participaram de Curso de Formação em Polícia Comunitária;
- Indagados “*o que você acha que deve mudar no RONDA?*”, os Comandantes (47,06%) e os Policiais (26,23%) entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que deveria ser criado programas de capacitação e qualificação permanente.

Causas

- Deficiência nos processos de capacitação;
- A escala de serviço do policial do RONDA não favorece sua participação em cursos de aperfeiçoamento, pois não há efetivo suficiente, para suprir sua ausência;
- Oferta insuficiente de vagas em cursos de aperfeiçoamento aos policiais do Grupo Operacional do RONDA.

Efeitos

- Policiais com deficiências para a prática do policiamento comunitário.

Recomendações

Que a Polícia Militar elabore plano anual de capacitação para os policiais do RONDA, que atenda as carências identificadas, especialmente nas disciplinas que tratam da Técnica Policial Militar e Prática de Tiro.

Benefícios Esperados

- Melhoria no processo de formação dos policiais, capacitando-os para o cotidiano da polícia comunitária.

3 CONCLUSÃO

O policiamento comunitário baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto à população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública.

Com fulcro nessa premissa, o Governo do Estado do Ceará, em novembro de 2007, implantou o seu modelo de Polícia Comunitária, Programa Ronda do Quarteirão, com os objetivos de diminuir os índices de criminalidade e violência; melhorar a satisfação da população com o atendimento policial, mediante ações de policiamento comunitário; promover a cidadania através da participação dos integrantes das comunidades no diagnóstico, análise e solução dos problemas de segurança; fortalecer a confiança da comunidade nos órgãos de segurança pública; melhorar a qualidade de vida das comunidades assistidas; e reduzir a sensação de insegurança nas comunidades atendidas pelo Programa.

Nesse contexto, a presente auditoria objetivou avaliar a efetividade das atividades de policiamento comunitário e identificar que fatores afetaram o desempenho do RONDA no desenvolvimento de suas ações, na Capital e Região Metropolitana, mediante 2 (duas) questões de auditoria, a saber: Os policiais do RONDA realizam atividades de policiamento comunitário? e Que fatores afetam o desempenho do RONDA no desenvolvimento das ações de policiamento comunitário?

A auditoria constatou que:

- os policiais do RONDA não estão realizando atividades de policiamento comunitário;
- as CIAs não dispõem de estrutura física adequadas para a execução das atividades de policiamento comunitário;
- os acessórios necessários para o desempenho da atividade policial, disponibilizados para a tropa do RONDA, não satisfazem as exigências de segurança;
- as CIAs não dispõem de equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário;
- o RONDA não dispõe de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA;
- a escala de serviço não favorece a integração das equipes do RONDA com a comunidade;
- o RONDA não dispõe de política de incentivos específica que valorize a ação do policiamento comunitário;
- as ações formativas não qualificam os policiais do RONDA para o desempenho de atividades de policiamento comunitário.

Destarte, é importante que os gestores adotem medidas com o objetivo de sanar as deficiências encontradas as quais são objetos de propostas de recomendações no capítulo seguinte deste relatório.

4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, e visando contribuir para a melhoria do Programa Ronda do Quarteirão, a Equipe Técnica responsável pela auditoria operacional, submete este relatório à consideração superior, com fulcro no inciso VI, art. 15 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sugerindo a oitiva do Comandante da Polícia Militar do Estado do Ceará – PM/CE, para sua manifestação acerca das Recomendações que se seguem:

4.1 elabore estudo de viabilidade econômica para as viaturas cuja garantia oferecida pelo fabricante esteja vencida, de forma a demonstrar a opção mais vantajosa, quais sejam: realizar a manutenção ou substituir as viaturas;

4.2 oriente as Equipes do RONDA à realizar atividades inerentes a prática do policiamento comunitário;

4.3 provoque junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, órgão estadual gestor do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, a discussão acerca da necessidade de se adotar medidas com vistas a agilizar a lavratura dos autos de prisão em flagrante encaminhados pelas Equipes do Ronda;

4.4 promova campanhas contínuas para divulgação do RONDA, enfatizando o papel do policiamento comunitário e dos números dos telefones de suas viaturas;

4.5 providencie em tempo hábil a manutenção dos telefones das viaturas;

4.6 elabore plano de investimento em infraestrutura física adequada para às CIAs de policiamento comunitário;

4.7 elabore plano de aquisições periódico para as munições e coletes balísticos, observando os prazos e critérios de validade;

4.8 elabore estudo sobre armamentos letais/não letais e de equipamentos de comunicação individual adequadas ao uso dos policiais do RONDA, como também um plano de aquisições;

4.9 elabore plano de aquisições periódico para os equipamentos e recursos materiais;

4.10 elabore estudo de viabilidade para garantir o efetivo policial inicialmente planejado (3 policiais por viatura);

4.11 defina uma escala de serviços para os policiais do RONDA, preferencialmente em turnos fixos, visando estabelecer vínculos entre os policiais e a comunidade;

4.12 evite a prática de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa;

4.13 elabore estudos de viabilidade objetivando adotar tratamento isonômico, quanto a política de remuneração, entre os policiais do RONDA e os do BPCHOQUE e RAIIO;

4.14 elabore plano anual de capacitação para os policiais do RONDA, que atenda as carências identificadas, especialmente nas disciplinas que tratam da Técnica Policial Militar e Prática de Tiro.

Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza, 11 de outubro de 2013.

José Ricardo Moreira Dias
Coordenador Técnico

Jocyrrégia Maria Peixoto Alves
Subdiretor da 3ª ICE

Francisco das Chagas Evangelista
Subdiretor da 7ª ICE

Maria de Fátima Teixeira Brasil
Subdiretor da 6ª ICE

João Vier Freires Neto
Analista de Controle Externo 12ª ICE

Sérgio Luiz Conde de Oliveira
Analista de Controle Externo 2ª ICE

Confere:

Giovanna Augusta Moura Adjafre
Secretária de Controle Externo

APÊNDICE I

REFERÊNCIAS

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:
www.forumseguranca.org.br/institucional/anuario. Acesso em: 4 set. 2013

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>. Acesso em: 2 mar. 2013.

_____. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. Disponível em: www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/11/MANUAL-DE-POLICIAMENTO-COMUNITARIO.pdf. Acesso em: 12 ago. 2013.

Curso Nacional de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 014/2006 – Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. 2006

DIAS, Theodomiro Neto. **Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: a experiência norte-americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000. (Monografias, 14).

FERNANDES, Rubens César. **Policiamento Comunitário: Como Começar**. RJ: POLICIALERJ, 1994.

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV/USP. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. Disponível em: www.nevusp.org. Acesso em: 28 ago. 2013.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar**. Trad, Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Editora Parma, 1994.

APÊNDICE II
Questionário – Soldado

CIA	BPCom	Escolaridade	Sexo
-----	-------	--------------	------

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO		SIM	NÃO	SABE	NÃO	NÃO SE
		APLICA				
1) Desde quando você é policial →	/					
2) Sempre atuou no RONDA ?						
3) Desde quando atua no RONDA →	/					
4) Há quanto tempo você atua nessa área →						
5) Em quantas áreas você já atuou →						
6) Que Batalhão você serviu antes →						
7) Como você faz o patrulhamento? (admita mais de uma resposta)						
() Em viatura	() A pé					
() Em motocicleta	() Outra forma (a cavalo, em bicicleta, etc.)					
8) Com que regularidade sua equipe faz visitas aos moradores e comerciantes na sua área de atuação esclarecendo sobre o policiamento comunitário?						
() Diariamente	() Mensalmente					
() Semanalmente	() Não faz com regularidade habitual					
() Quinzenalmente	() Não faz					
9) Sempre que há recém-chegados na sua área de atuação, sua equipe realiza visita para se apresentar e explicar sobre o policiamento comunitário?						
10) Vocês procuram apoio das lideranças comunitárias ou representantes do CCDS para auxiliar na solução de problemas ligados à segurança ou de assistência à população?						
11) Você participa de algum projeto do bairro no qual atua como policial comunitário, em cooperação com os moradores? Qual →						
12) Vocês incentivam os moradores da sua área de atuação a denunciarem os crimes e envolverem-se com a prevenção do crime ?						
13) Na sua opinião, a comunidade da sua área de atuação sabe qual o papel do policial comunitário, e como ele deve agir ?						
14) Na sua opinião, a comunidade da sua área de atuação está satisfeita com a atuação do RONDA ?						
15) Na sua opinião, a presença do RONDA melhorou a sensação de segurança na sua área de atuação ?						
16) A maioria dos moradores da sua área de atuação identificam você pelo nome?						
17) A maioria das ocorrências que vocês atendem, são originárias do:						
() telefone da viatura,						
() CIOPS,						
() CIA/BPCom, ou						
() Outro →						
18) Sua equipe participa das reuniões do CCDS e/ou Associação de sua área de atuação?						
() sempre que há reunião						
() somente quando convidado						
() não costuma participar						
() o CCDS / Associação não se reúne						
19) Você sabe informar quantas reuniões do CCDS e/ou Associação aconteceram nos últimos doze meses (de julho do ano passado para cá)? Quantas →						

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO		SIM	NÃO	SABE	NÃO	NÃO SE APLICA
20) Do seu ingresso no RONDA até os dias atuais, ocorreram mudanças na sua rotina de trabalho?						
21) Essas mudanças foram para () MELHOR ou () PIOR ?						
22) Como você avalia o RONDA hoje? () NÃO SATISFATÓRIO () REGULAR () SATISFATÓRIO						
23) Qual sua escala de trabalho? _____ _____						
24) A escala atual favorece a integração das equipes com a comunidade?						
25) Na sua opinião, qual seria a melhor escala para a prática do policiamento comunitário? _____ _____						
26) Você reside na área em que atua?						
27) Que incentivos você recebe para trabalhar no RONDA? (admita mais de uma resposta) () gratificação () auxílio alimentação () outros auxílios _____						
28) A carga horária do curso de formação foi satisfatória?						
29) As disciplinas e os conteúdos abordados no curso de formação foram determinantes para seu desempenho como policial comunitário?						
30) Foi ministrada alguma disciplina cuja carga horária foi insuficiente para sua formação? Qual _____						
31) Durante o curso de formação você experimentou situações que simulam a prática do cotidiano de um policial comunitário?						
32) Além do curso de formação inicial, você tem participado de outros cursos que visam o aperfeiçoamento da prática do policiamento comunitário?						
33) Você acha que a oferta e a carga horária desses cursos de formação estão compatíveis com as necessidades de aperfeiçoamento da corporação?						
34) O que você acha que deve mudar no RONDA? _____ _____ _____ _____						

APÊNDICE III

Entrevista Estruturada – Comandante de CIA

CIA	BPCom	Escolaridade	Sexo
-----	-------	--------------	------

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	SIM	NÃO	NÃO SABE	NÃO SE APLICA
	1) Desde quando atua no RONDA → /			
2) Há quanto tempo você atua nessa área →				
3) Em quantas áreas você já atuou →				
4) Que Batalhão você serviu antes →				
5) Quantas áreas estão sendo coordenadas por você? →				
6) Quantos policiais ficam em cada viatura da sua CIA? →				
7) Com que regularidade suas equipes fazem visitas aos moradores e comerciantes das áreas de atuação esclarecendo sobre o policiamento comunitário? () Diariamente () Mensalmente () Semanalmente () Não faz com regularidade habitual () Quinzenalmente () Não faz				
8) Você orienta suas equipes à realizarem visitas de apresentação para explicar sobre o policiamento comunitário, quando houver recém-chegados na área?				
9) Você orienta suas equipes à procurarem apoio das lideranças comunitárias ou representantes do CCDS para auxiliarem na solução de problemas ligados à segurança ou de assistência à população?				
10) Entre seu efetivo, existem policiais que participam de algum projeto do bairro, em cooperação com os moradores?				
11) Você orienta suas equipes à incentivarem os moradores da área de atuação a denunciarem os crimes e envolverem-se com a prevenção do crime ?				
12) Na sua opinião, as comunidades da sua CIA sabem qual o papel do policial comunitário, e como ele deve agir?				
13) Na sua opinião, as comunidades da sua CIA estão satisfeitas com a atuação do RONDA ?				
14) Na sua opinião, a presença do RONDA melhorou a sensação de segurança nas comunidades da sua CIA?				
15) As equipes de sua CIA, rotineiramente, participam das reuniões do CCDS e/ou Associação de sua área de atuação?				
16) Do seu ingresso no RONDA até os dias atuais, ocorreram mudanças na sua rotina de trabalho?				
17) Essas mudanças foram para () MELHOR ou () PIOR ?				
18) Como você avalia o RONDA hoje? () NÃO SATISFATÓRIO () REGULAR () SATISFATÓRIO				
19) Que fatores afetam o baixo desempenho do RONDA? _____ _____				
20) A escala de trabalho atual das equipes do RONDA favorece a integração das equipes com a comunidade?				
21) Na sua opinião, qual seria a melhor escala para a prática do policiamento comunitário? _____ _____				

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	SIM	NÃO	NÃO SABE	NÃO SE APLICA
22) Os policiais do RONDA recebem incentivos que os motivam a melhorar seu desempenho?				
23) Você participou do curso de formação em policiamento comunitário?				
24) Qual a carga horária do curso de formação que você participou? →				
25) As disciplinas e os conteúdos abordados no curso de formação foram determinantes para seu desempenho como comandante de sua CIA?				
26) O curso de formação recebido pelos policiais da sua CIA, preparou-os para o exercício de policial comunitário?				
27) Além do curso de formação inicial, são ofertados outros cursos que visam o aperfeiçoamento da prática do policiamento comunitário para os policiais de sua CIA?				
28) Em relação aos equipamentos, instalações físicas e material de consumo, necessários ao desempenho do policiamento comunitário de sua companhia. Como você avalia?	NÃO SATISFATORIO	REGULAR	SATISFATORIO	
a. Instalações físicas				
b. Viaturas				
c. Telefones				
d. Equipamentos de Comunicação				
e. Armamentos				
f. Munição				
g. Equipamentos de proteção				
h. Equipamentos de informática				
i. Móveis e materiais de escritório				
j. Material de expediente				
k. Material de limpeza				
29) Quando há viaturas baixadas, como e por quem é realizado o patrulhamento da área? _____ _____				
30) O que você acha que deve mudar no RONDA? _____ _____ _____ _____				

APÊNDICE IV
Entrevista Estruturada – Representante CCDS

NOME			TELEFONE
ENDEREÇO			
CIA	BPCom	VIATURA	CCDS/Associação

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO		SIM	NÃO	NÃO SABE	NÃO APLICA	NÃO SE APLICA
1)	O RONDA faz patrulhamento na sua Comunidade? Se NÃO vá para a pergunta 29 Se SIM continue					
2)	Como o RONDA faz esse patrulhamento?					
	a. Em viatura					
	b. Em motocicleta					
	c. A pé					
	d. Outra forma (a cavalo, em bicicleta, etc.)					
3)	Os policiais do RONDA costumam estacionar ou se movimentar por locais onde possam ser vistos e identificados com facilidade?					
4)	Sem estarem atendendo nenhuma ocorrência, é costume os policiais do RONDA se reunirem em locais tipo praças, bares e lanchonetes?					
5)	Os policiais do RONDA habitualmente fazem visitas domiciliares aos moradores e comerciantes de sua comunidade esclarecendo sobre o policiamento comunitário?					
6)	Os policiais do RONDA reconhecem e tratam as pessoas que residem nessa comunidade pelo nome?					
7)	Sempre que há recém-chegados à comunidade, os policiais do RONDA, por iniciativa própria, realiza visita para se apresentarem e explicarem sobre o policiamento comunitário?					
8)	Os policiais do RONDA dão atenção especial a crianças, mulheres, idosos e deficientes físicos, buscando protegê-los?					
9)	Os policiais do RONDA se dirigem a população de forma educada e respeitosa?					
10)	Os policiais do RONDA, no atendimento à ocorrências, evitam conflitos e situações humilhantes com as pessoas envolvidas?					
11)	Os policiais do RONDA costumam tratar com as pessoas, em pé, ao lado da viatura?					
12)	Os policiais do RONDA, habitualmente visitam os moradores e comerciantes de sua comunidade, buscando identificar problemas?					
13)	Os policiais do RONDA lhe procuram para solução de problemas ligados à segurança ou de assistência à população?					
14)	Os policiais do RONDA tem incentivado os cidadãos de seu bairro a denunciarem os crimes e envolverem-se com a prevenção do crime?					
15)	Você sabe qual o papel do policial comunitário, e como ele deve agir?					
16)	Sua comunidade sabe?					
17)	Sua comunidade está satisfeita com a atuação RONDA no seu bairro?					
18)	A presença do RONDA melhorou a sensação de segurança no seu bairro?					
19)	Os moradores de sua comunidade conhecem os policiais do RONDA que atuam no seu bairro, pelo nome?					
20)	Quando você precisa de assistência policial para quem você liga? () telefone da viatura, () 190, () destacamento de polícia, ou () Outro →					

SOBRE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	SIM	NÃO	SABE NÃO	NÃO SABE	NÃO SE APLICA
21) Sabe o número do telefone da viatura?					
22) Com que frequência o seu Conselho/Associação se reúne? _____					
23) Os policiais do RONDA participam dessas reuniões?					
24) Nos últimos doze meses (de julho do ano passado para cá) quantas reuniões aconteceram? _____					
25) Desde sua implantação até os dias atuais, ocorreram mudanças na rotina de trabalho do RONDA?					
26) Essas mudanças foram para: () MELHOR _____ () PIOR ? _____					
27) Como você avalia o RONDA hoje? () NÃO SATISFATÓRIO () REGULAR () SATISFATÓRIO					
28) O que você acha que deve mudar no RONDA? _____ _____ _____ _____					
29) Há quantos anos você reside nessa comunidade? _____					
30) Quem faz o patrulhamento na sua comunidade? _____					

APÊNDICE V

Roteiro de Observação Direta – Infraestrutura da CIA

DATA: | | | | | | | | | | RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: _____

➤ – IDENTIFICAÇÃO: ____ CIA/ ____ BPCOM

MUNICÍPIO: _____

QUANTIDADE DE EQUIPES NA UNIDADE: | ____ |

I – Responsável pela CIA/BPCOM

Nome: _____

Patente: _____ Fone Contato: _____

II – Caracterização da CIA/BPCOM

- Quanto à situação do imóvel: () Próprio () Alugado () Cedido
- Quanto à planta física: () Específica () Adaptada
- Possui acesso para pessoas com necessidades especiais: () Sim () Não
- Quanto à conservação da CIA/BPCOM:
() Bem conservado () Infiltrações () Paredes Mofadas () Piso danificado

Observações: _____

III - ESTRUTURA DA CIA/BPCOM:

	SIM	NÃO
Sala do Comandante		
Sala do Subcomandante		
Sala de Reuniões		
Área administrativa / Pessoal		
Área de recepção e espera		
Sanitário para o público		
Sanitário somente para funcionários		
Auditório		
Reservas de Armas		
Sala de Instrução		
Setor de Logística		
Alojamento dos Oficiais		
Alojamento dos Sargentos		
Alojamento dos Cabos/Soldados		
Alojamento Feminino		
Almoxarifado		

IV- Material/Equipamentos de Apoio

	SIM	NÃO
Armas disponíveis		
Munição		
Coletes Balísticos		
Computador		
Impressora		
Telefones celulares		
Equipamento de Comunicação		

V – Das Viaturas

- ▲ Quantidade: _____
- ▲ Em funcionamento: _____
- ▲ Baixadas: _____
- ▲ Motivo da Baixa: _____

VI – Recursos Humanos (quantitativo)

- ▲ Oficiais: _____
- ▲ Policiais: _____
- ▲ Terceirizados: _____

MATRIZ DE ACHADOS

Programa: Ronda do Quarteirão

1ª Questão: Os policiais do RONDA realizam atividades de policiamento comunitário?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
Os policiais do RONDA não estão realizando atividades de policiamento comunitário	Projeto RONDA – Item 7 – Descrição das Situações de Uso no Programa RONDA – Realização de Patrulhamento;	<p>1. QUANTO A INIBIÇÃO DA OCORRÊNCIA DE CRIME</p> <p>1.1. DO PATRULHAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ No momento da inspeção <i>in loco</i>, 27 das 169 áreas atendidas pelo RONDA estavam desassistidas, em decorrência de viaturas em manutenção ou deslocadas de sua área de atuação; ➢ 71,43% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que os policiais do RONDA habitualmente não costumam ser vistos e identificados com facilidade em sua comunidade; ➢ 41,18% dos Comandantes entrevistados e 28,57% dos Representantes dos CCDSs entendem que a atual frota de viaturas do RONDA não está sendo suficiente para promover o patrulhamento preventivo; ➢ Aproximadamente 72% das ocorrências demandadas para a Polícia Militar, via CIOPS, são atendidas pelo RONDA; ➢ Todos os Comandantes entrevistados afirmaram que as equipes do RONDA demandam muito tempo no registro dos flagrantes na Polícia Civil. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Falta de manutenção preventiva nas Viaturas; ➢ Viaturas deslocadas da Região Metropolitana para suprir áreas descobertas da Capital; ➢ Atendimento excessivo de ocorrências da esfera de atuação do Policiamento Ostensivo Geral por policiais do RONDA; ➢ Falta de sinergia entre a Polícia Civil e a PM, notadamente nos casos em que se faz necessária a lavratura do flagrante. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Existência de Áreas atendidas pelo RONDA desassistidas de patrulhamento 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, ação conjunta da Polícia Militar, através do Policial PROERD; da Escola, através de professores, especialistas e estudantes; e da Família, representada pelos pais e pela comunidade de modo geral, com o sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudar os estudantes a reconhecerem as pressões e a influência diária 	<p>Que a Polícia Militar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ elabore estudo de viabilidade econômica para as viaturas cuja garantia oferecida pelo fabricante esteja vencida, de forma a demonstrar a opção mais vantajosa, quais sejam: realizar a manutenção ou substituir as viaturas; ➢ oriente as Equipes do RONDA à realizar atividades inerentes a prática do policiamento comunitário; ➢ provoque junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, órgão estadual gestor do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, a discussão acerca da necessidade de se adotar medidas com vistas a agilizar a lavratura dos autos de prisão em flagrante encaminhados pelas Equipes do Ronda ➢ promova campanhas contínuas para divulgação do RONDA, enfatizando o 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Patrulhamento mais efetivo em todas as Áreas atendidas pelo RONDA, inibindo a ocorrência do crime; ➢ Maior participação da população no exercício do policiamento comunitário, fornecendo informações e sugestões sobre a segurança na sua comunidade; ➢ Prestação de socorro à população de forma mais célere.
	Projeto RONDA – Item 7 – Descrição das Situações de Uso no Programa RONDA – Realização de Ação de Polícia Comunitária	<p>2. CONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE:</p> <p>2.1. DAS VISITAS DOMICILIARES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ 85,71% dos Representantes dos CCDSs afirmaram que os policiais não fazem habitualmente visitas domiciliares aos 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Excesso de demanda de ocorrências atinentes ao Policiamento Ostensivo Geral. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Pouco contato junto aos comunitários, para obter informações e sugestões sobre a segurança na base territorial. 			

Relatório de Auditoria Operacional
Ronda do Quarteirão

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
		<p>moradores e comerciantes de sua comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Quanto as visitas aos recém chegados na comunidade, 66,27% dos Policias e 64,71% dos Comandantes entrevistados afirmaram que não são feitas. 84,76% dos Representantes dos CCDs corroboraram com essa afirmação. <p>2.2. CONTATO FREQUENTE JUNTO AOS COMUNITÁRIOS, PARA OBTER INFORMAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE A SEGURANÇA NA BASE TERRITORIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 65,49% dos Policiais afirmaram que não procuram apoio das lideranças comunitárias para a solução de problemas ligados à Segurança. 74,29% dos Representantes dos CCDs, corroboraram com essa afirmação; ➤ 75,24% dos Representantes dos CCDs, afirmaram que os policiais do RONDA não visitam os moradores e comerciantes de sua comunidade buscando identificar problemas; ➤ Quanto a participação dos policiais nas reuniões dos CCDs, 80,00% dos Representantes desses Conselhos afirmaram que os policias não participam. 61,13% dos Policias e 70,59% dos Comandantes entrevistados, corroboraram com essa afirmação; ➤ 97,25% dos Policiais não souberam informar quantas reuniões dos CCDs aconteceram nos últimos 12 meses; ➤ 83,81% dos Representantes dos CCDs afirmaram que sua comunidade não identifica os policiais pelo nome. 62,35% dos Policiais corroboraram com essa afirmação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alto índice de rodízio dos policias do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Policial pouco envolvido com a vida da comunidade. 	<p>para usarem drogas e praticarem a violência, e a resistirem a elas policiamento preventivo comunitário escola. Regulamentado como uma ação do Batalhão do Policiamento Comunitário – BPCom, vinculado ao RONDA, o qual destaca 2 (dois) policias do efetivo de cada CIA para a promoção dessa Ação.</p>	<p>papel do policiamento comunitário e dos números dos telefones de suas viaturas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ providencie em tempo hábil a manutenção dos telefones das viaturas. 	

Relatório de Auditoria Operacional
Ronda do Quarteirão

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
		<p>2.3. DA PERCEPÇÃO DA ATIVIDADE DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na visão de 77,25% dos Policiais, 58,82% dos Comandantes entrevistados e 66,67% dos Representantes dos CCDSS, a população não sabe qual o papel do policial comunitário; ➤ Quanto a satisfação da população com a atuação do RONDA, 47,06% dos Comandantes, 54,90% dos Policiais e 46,67% dos Representantes dos CCDSS, afirmaram que a população não está satisfeita; ➤ 79,61% dos Policiais afirmaram que já atuaram em 3 ou mais áreas distintas; ➤ 56,19% dos Representantes dos CCDSS, indagados sobre o que deveria mudar no RONDA, responderam que o Programa deveria voltar a prática do policiamento comunitário. 53,69% dos Policiais apresentaram, também de forma espontânea, a mesma opinião. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A filosofia do policiamento comunitário e o papel do policial comunitário foi pouco disseminado nas diversas comunidades atendidas pelo RONDA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Falta de identificação por parte da comunidade do papel do policial comunitário. 			
	Projeto RONDA – Item 7 – Descrição das Situações de Uso no Programa RONDA – Solicitação de Socorro e Prestação de Socorro	<p>3. ACIONAMENTO DO SOCORRO</p> <p>3.1. O CIDADÃO ENTRA EM CONTATO DIRETAMENTE COM O POLICIAMENTO DO RONDA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 77,65% dos Policiais afirmaram que a maioria das ocorrências atendidas são originárias do CIOPS; ➤ 66,67% dos Representantes dos CCDSS afirmaram que não ligam para o telefone da viatura, apesar de 56,19% saberem qual o número do telefone da viatura; ➤ 30,18% dos Policiais citaram que o telefone de sua viatura já apresentou problema. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atendimento excessivo de ocorrências da esfera de atuação do Policiamento Ostensivo Geral por policiais do RONDA; ➤ Deficiência na divulgação do número dos telefones das viaturas do RONDA junto a população; ➤ Telefones das viaturas do RONDA, com problemas técnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deficiência na solicitação de socorro pela população; ➤ Demora na prestação de socorro à população. 			

Relatório de Auditoria Operacional
Ronda do Quarteirão

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
		<p>4. AVALIAÇÃO DO RONDA NO MOMENTO ATUAL: Consultados "Como você avalia o RONDA hoje?", segundo as opções satisfatório, regular e não satisfatório, os Policiais, os Comandantes e os Representantes dos CCDSs assim se manifestaram:</p> <p>4.1. POLICIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Satisfatório _____ 66,67% ➤ Regular _____ 44,31% ➤ Não Satisfatório _____ 49,02% ➤ Não Avaliaram _____ 40,00% <p>4.2. COMANDANTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Satisfatório _____ 29,41% ➤ Regular _____ 58,82% ➤ Não Satisfatório _____ 11,76% ➤ Não Avaliaram _____ 40,00% <p>4.3. REPRESENTANTES DOS CCDSs:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Satisfatório _____ 28,57% ➤ Regular _____ 53,33% ➤ Não Satisfatório _____ 15,24% ➤ Não Avaliaram _____ 42,86% <p>➤ Indagados "o que você acha que deve mudar no RONDA?", os Policiais (53,69%) e os Representantes dos CCDSs (56,19%), entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que o RONDA deve voltar à prática do Policiamento Comunitário.</p>					

2ª Questão: Que fatores afetam o desempenho do RONDA no desenvolvimento das ações de policiamento comunitário?

2.1 As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs dispõem de estrutura física, equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de policiamento comunitário?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
<p>➤ As Companhias de Policiamento Comunitário - CIAs não dispõem de estrutura física adequadas para a execução das atividades de policiamento comunitário</p> <p>➤ Os acessórios necessários para o desempenho da atividade policial, disponibilizados para a tropa do RONDA, não satisfazem as exigências de segurança. As CIAs não dispõem de equipamentos e recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades de</p>	<p>➤ Na concepção do Programa de Polícia Comunitária do Estado do Ceará, materializada no Projeto Ronda do Quarteirão, Item 6 – Características e Dinâmicas, a subordinação do RONDA inicialmente ficou a cargo de uma unidade especializada, o Batalhão Comunitário, que operacionalizava o policiamento sempre no mesmo padrão de atuação. Posteriormente, o gerenciamento dos trabalhos ficaram a cargo das Companhias correspondentes às áreas operacionais, que acompanham os resultados obtidos e apresentam relatórios sobre o desenvolvimento do programa ao Batalhão.</p>	<p>➤ Das 17 (dezessete) Companhias visitadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 76,47% estão instaladas em espaço cedido; ➤ 82,35% funcionam em estrutura adaptada para a atividade policial de forma precária, sem planta física específica; ➤ 76,47% não dispõem de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais; ➤ 52,94% não dispõem de área de recepção/espera e de sanitários para o público; ➤ 41,18% não dispõem de local específico para "reserva de arma"; ➤ Todas disponibilizavam munição para a tropa, entretanto a quase totalidade dessas munições encontravam-se com prazo de validade vencido; ➤ Todas disponibilizavam coletes balísticos para a tropa, entretanto muitos desses coletes estavam com prazo de validade vencido; ➤ 52,94% não dispunham de computadores, sendo utilizados os de uso pessoal dos policiais; ➤ 58,82% não dispunham de Impressoras. <p>➤ Dos 17 (dezessete) Comandantes entrevistados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Somente 11,76% afirmaram que as instalações físicas são satisfatórias; ➤ 82,35% afirmaram que a munição utilizada pela tropa não é satisfatória para o desempenho das atividades policiais; 	<p>➤ Falta de políticas de investimento em infraestrutura física adequada à execução das atividades de policiamento comunitário;</p> <p>➤ Deficiência no planejamento das aquisições;</p> <p>➤ Falta de políticas de investimento em equipamentos e recursos materiais adequados à execução das atividades nas CIAs de policiamento comunitário.</p>	<p>➤ CIAs de Policiamento Comunitário instaladas em locais improvisados e que não favorecem a integração comunidade <=> polícia;</p> <p>➤ Munição e coletes balísticos vencidos, expondo os policiais a situação de risco;</p> <p>➤ Armamento não satisfatório ao desempenho das atividades policiais;</p> <p>➤ Falta de equipamentos que favoreçam a comunicação durante as atividades policiais;</p> <p>➤ CIAs de Policiamento Comunitário funcionando de forma precária e improvisada.</p>	<p>Que a Polícia Militar elabore:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ plano de investimento em infraestrutura física adequada para às CIAs de policiamento comunitário; ➤ plano de aquisições periódico para as munições e coletes balísticos, observando os prazos e critérios de validade; ➤ estudo sobre armamentos letais/não letais e de equipamentos de comunicação individual adequadas ao uso dos policiais do RONDA, como também um plano de aquisições; ➤ plano de aquisições periódico para os equipamentos e recursos materiais. 	<p>➤ CIAs de policiamento comunitário instaladas em espaços físicos apropriados à prática do policiamento comunitário e que favoreçam a integração comunidade <=> polícia;</p> <p>➤ Garantia de requisitos mínimos de segurança para o desempenho da atividade policial;</p> <p>➤ CIAs de Policiamento Comunitário melhor aparelhadas.</p>	

Relatório de Auditoria Operacional
Ronda do Quarteirão

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
policiamento comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> ➢ A organização básica da Polícia Militar do Ceará, positivada mediante a Lei Estadual nº15.217, de 05 de setembro de 2012, art. 22, convalida a necessidade de oferecer, ao policiamento ostensivo, aparato necessário que favoreçam o desempenho de suas atividades. ➢ Nesse sentido, não há como pensar em policiamento ostensivo sem vinculá-lo a companhias e batalhões, e não há como falar em companhias e batalhões sem infraestrutura física e equipamentos e recursos materiais que garantam seus funcionamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ 66,67% afirmaram que o armamento utilizado pela tropa não é satisfatório ao desempenho das atividades policiais; ➢ 88,24% afirmaram que os equipamentos de informática não atendem as necessidades da CIA; ➢ 64,71% afirmaram que os móveis e materiais de escritório não são satisfatórios; ➢ 41,18% afirmaram que os equipamentos de comunicação (Rádio) não são satisfatórios; ➢ 52,94% afirmaram que os telefones funcionais não são satisfatórios. <p>➢ Ao serem indagados sobre o que deve mudar no RONDA, 12,30% dos Policiais citaram que deveriam fazer uso de Equipamentos de Comunicação Individual eficientes.</p>					

2.2 O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
O RONDA não dispõe de policiais suficientes para cobertura das áreas delimitadas em cada CIA	Na concepção do Programa de Polícia Comunitária do Estado do Ceará, materializada no Projeto Ronda do Quarteirão, Item 6 – Características e Dinâmicas, cada base territorial de atuação do RONDA era composta por 4 (quatro) equipes com 2 (dois) patrolheiros embarcados em viatura e 1 (um) motociclista patrolheiro, totalizando 12 (doze) policiais. Posteriormente, as motocicletas foram retiradas do programa e seus condutores passaram a atuar nas viaturas, permanecendo a composição de 3 (três) policiais por equipe.	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Todos os 17 (dezesete) Comandantes afirmaram que, atualmente a composição padrão das equipes de suas CIAs contam com 2 patrolheiros; ➢ Indagados “o que você acha que deve mudar no RONDA?”, os Comandantes (23,53%), os Policiais (33,20%) e os Representantes dos CCDSs (34,29%), entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que a composição das equipes atuais do RONDA voltem a contar com 3 (três) patrolheiros. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Alto índice de efetivo policial fora da atividade operacional do RONDA (cerca de 22%); ➢ Alto índice de evasão de policiais do RONDA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Número reduzido de policiais por viatura inviabiliza a prática do policiamento comunitário; ➢ Existência de Áreas atendidas pelo RONDA desassistidas de patrulhamento; ➢ Quando do atendimentos às ocorrências, o efetivo de 2 policiais por viatura, compromete a integridade física dos patrolheiros. 		Que a Polícia Militar elabore estudo de viabilidade para garantir o efetivo policial inicialmente planejado (3 policiais por viatura).	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Policiamento mais efetivo em todas as áreas atendidas pelo RONDA.

2.3. O programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de escala de trabalho que proporciona a integração das equipes com a comunidade?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
Existência de uma escala de serviço que não favorece a integração das equipes do RONDA com a comunidade.	Segundo os princípios da Polícia Comunitária transcritos no livro "Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária" (2007), especificamente naquilo que concerne sobre o policiamento descentralizado e personalizado, é necessário que o policial esteja plenamente envolvido com a comunidade, seja conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades..	<ul style="list-style-type: none"> ➢ A escala de serviço do RONDA segue o seguinte padrão: 4 dias trabalhados para 2 dias de folga, alternando entre os turnos A (06:00h às 14:00h), B (14:00h às 22:00h) e C (22:00h às 06:00h); ➢ Com essa escala de serviço, o Policial do RONDA, após o gozo de sua folga, retorna para um turno diferente daquele que ele trabalhou anteriormente, estabelecendo contato com o mesmo público somente após o intervalo de 14 (catorze) dias; ➢ Alto índice de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa; ➢ Dos 17 (dezessete) Comandantes entrevistados: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 41,18% entendem que a escala de serviço atual não favorece a integração com a comunidade; ➢ 82,35% entendem que a escala de serviço atual deve ser modificada; e ➢ 58,82% sugerem a escala de serviço 12x24 / 12x48 como a melhor escala para a prática do policiamento comunitário; ➢ Dos Policiais entrevistados: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 69,41% entendem que a escala de serviço atual não favorece a integração com a comunidade; ➢ 88,63% dos Policiais entendem que a escala de serviço atual deve ser modificada; ➢ 27,84% sugerem a escala de serviço 12x24 / 12x48 como a melhor escala para a prática do policiamento comunitário; 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Escala de trabalho definida pelo alto comando da Polícia Militar. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Policial pouco envolvido com a vida da comunidade; que pouco conhece da rotina diária do bairro e de seus habitantes. 		<p>Que a Polícia Militar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ defina uma escala de serviços para os policiais do RONDA, preferencialmente em turnos fixos, visando estabelecer vínculos entre os policiais e a comunidade; ➢ evite a prática de rodízio dos policiais do RONDA entre as diversas áreas de cobertura do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Policial envolvido com a vida da comunidade, conhecendo a rotina do bairro e de seus habitantes.

2.4. O Programa dispõe, quanto a estrutura de pessoal, de incentivos que valorizem a ação do policial comunitário?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
O RONDA não dispõe de política de incentivos específica que valorizem a ação do policiamento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> ➢ A Carta Constitucional de 88, em seu Art. 39, § 1º, I; ➢ Segundo o livro “Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária” (2007), a implantação do modelo de Polícia Comunitária, exige a formação especializada de seu pessoal, bem como, a criação e a implantação de um plano de carreira. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Os policiais do RONDA, no período de 13/05/2008 a 31/12/2011, fizeram jus a Gratificação de Policiamento Ostensivo, instituída mediante a Lei Estadual nº 14.113 de 12/05/2008 e revogada mediante a Lei Estadual nº 15.114 de 16/02/2012; ➢ O Estado do Ceará, mediante a Lei Estadual nº 15.133 de 28/03/2012, instituiu a Gratificação de Policiamento Especializado – GPE, extensivo apenas aos militares em efetivo exercício funcional no Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE e no Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – RAIO; ➢ Insatisfação do Policial do RONDA por não estarem enquadrados como polícia especializada e portanto não fazerem jus a gratificação de policiamento especializado; ➢ Disparidade na remuneração entre militares de mesma patente – soldado do RONDA com remuneração inferior aos do BPCHOQUE e RAIO; ➢ Militares graduados (cabos e sargentos do RONDA) percebendo remuneração inferior à militares de menor patente (soldados do BPCHOQUE e RAIO). 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Revogação da Gratificação de Policiamento Ostensivo, mediante Lei Estadual nº 15.114 de 16/02/2012; ➢ Instituição da Gratificação de Policiamento Especializado – GPE, mediante a Lei Estadual nº 15.133 de 28/03/2012. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Policiais desestimulados e insatisfeitos. 		<p>Que a Polícia Militar elabore estudos de viabilidade objetivando adotar tratamento isonômico, quanto a política de remuneração, entre os policiais do RONDA e os do BPCHOQUE e RAIO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Satisfação e motivação do policial no exercício de suas funções; ➢ Estímulo à permanência do policial na carreira.

2.5. As ações formativas (inicial e continuada) qualificam os policiais do RONDA a desempenhar as atividades de policiamento comunitário?

Achados					Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados
Situação encontrada	Critério	Evidências e análises	Causas	Efeitos			
As ações formativas não qualificam os policiais do RONDA para o desempenho de atividades de policiamento comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> ➢ O Projeto Ronda do Quarteirão propôs a formação dos policiais com base na filosofia do policiamento comunitário estabelecendo como pré-requisito para o ingresso no RONDA a participação no Curso "Promotor da Doutrina de Polícia Comunitária", utilizando como instrumento metodológico a matriz curricular sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. ➢ O Projeto, define ainda, como condição de sucesso, "Treinamento e Formação de Pessoal" para os integrantes do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Dos Policiais entrevistados: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 59,61% entendem que as disciplinas e conteúdos do Curso de Formação não foram suficientes para o desempenho das atividades de polícia comunitária; ➢ 39,90% afirmaram que a carga horária da disciplina Técnica Policial Militar não foi suficiente para disseminar os conhecimentos; ➢ 23,08% entendem ser necessário dedicar mais tempo para a prática de tiro; ➢ 50,98% afirmaram que durante o curso de formação não passaram por situações que simulassem o cotidiano de um policial comunitário; ➢ 78,8% afirmaram que não conseguem participar dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos; ➢ 74,51% afirmaram que a carga horária dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos são insuficientes; ➢ Dos 17 (dezessete) Comandantes entrevistados: <ul style="list-style-type: none"> ➢ 41,18% não participaram de Curso de Formação em Polícia Comunitária; ➢ Indagados "o que você acha que deve mudar no RONDA?", os Comandantes (47,06%) e os Policiais (26,23%) entre as muitas respostas apresentadas de forma espontânea, se manifestaram no sentido de que deveria ser criado programas de capacitação e qualificação permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Deficiência nos processos de capacitação; ➢ A escala de serviço do policial do RONDA não favorece sua participação em cursos de aperfeiçoamento, pois não há efetivo suficiente, para suprir sua ausência; ➢ Oferta insuficiente de vagas em cursos de aperfeiçoamento aos policiais do Grupo Operacional do RONDA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Policiais com deficiências para a prática do policiamento comunitário. 		<p>Que a Polícia Militar elabore plano anual de capacitação para os policiais do RONDA, que atenda as carências identificadas, especialmente nas disciplinas que tratam da Técnica Policial Militar e Prática de Tiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Melhoria no processo de formação dos policiais, capacitando-os para o cotidiano da polícia comunitária.